GUILHERMINO CÉSAR UM INTELECTUAL MINEIRO NA HISTÓRIA GAÚCHA

Homenagem ao ex-Presidente do IHGRGS nos trinta anos de seu falecimento

Alexandre Veiga[1]

Há trinta anos Guilhermino Cesar da Silva (Eugenópolis, 15/05/1908 – Porto Alegre, 07/12/1993) deixou de estar presente em sua forma física, mas nunca deixou de ser expressiva referência na história, na literatura e na produção intelectual de nosso estado. Sua trajetória como homem público, literato, professor, pesquisador e ator relevante nas atividades do Instituto impõem-no como referência consistente, de modo que sua trajetória permite registrar seus múltiplos talentos e qualidades como intelectual que trabalhou de modo decisivo na produção de conhecimento em todas as áreas às quais se dedicou.

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi Presidente entre 1950 a 1958, traz ao seu público leitor uma série de documentos e textos relacionados à vida e obra desse importante intelectual. Nesse conjunto, estão presentes os textos de saudação proferidos durante a assunção do professor ao quadro social do IHGRGS, na condição de benemérito, em novembro de 1989; também publicamos seu discurso proferido de maneira improvisada nessa mesma ocasião, demonstrando sua capacidade oratória, e o texto de encerramento da sessão, proferido pelo Presidente do IHGRGS, Luiz Alberto Cibils.

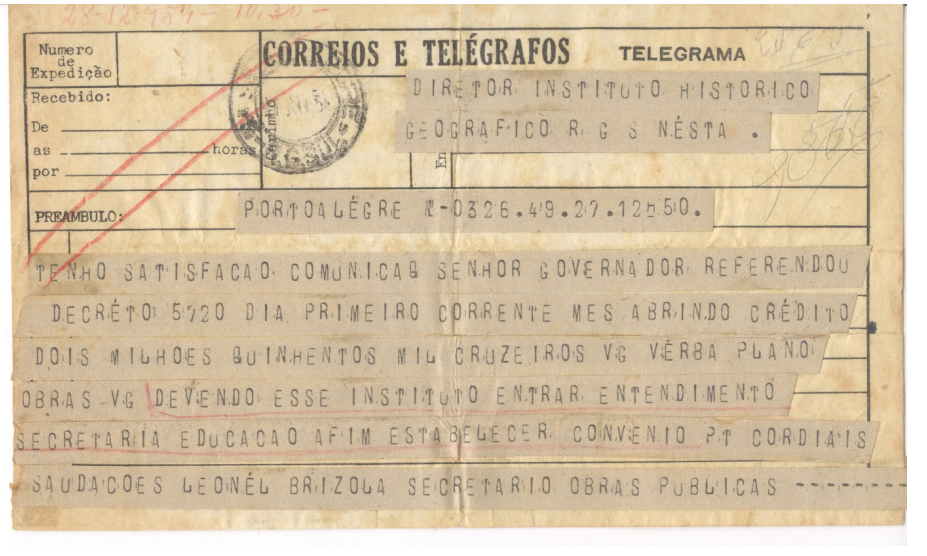
Incluímos ainda um texto importante escrito por ele, a respeito do Iluminismo no Rio Grande do Sul. Neste texto, além de demonstrar sua análise, ainda indica a importância de nosso estado na construção do país, o que conecta, uma vez mais, sua Minas natal e o Rio Grande adotivo.

Apresentamos, ainda, uma raridade pouco divulgada: a entrevista

1 Historiador e arquivista, mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

realizada pelo professor Sergius Gonzaga em maio de 1991, quando o mestre discorreu sobre algumas de suas reflexões mais íntimas sobre seus temas de interesse. Encerramos com o registro feito pela professora Lea Masina, que nos presenteou com uma importante análise sobre uma das mais relevantes obra do professor Guilhermino Cesar, acerca do contrabando no sul do Brasil. Como ilustração desses registros, temos ainda alguns exemplares do Arquivo Pessoal Guilhermino Cesar, recolhido ao acervo do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

Desse modo, entende o IHGRGS que, além de sua tarefa inconteste como instituição cultural voltada ao cuidado com a história de nosso estado, cumpre a função de registrar as ações realizadas por intelectuais de nossa comuna, permitindo que essas atividades e seus protagonistas sejam presença constante em nosso cotidiano. Boa leitura!



Numero de Expedição

CORREIOS E TELÉGRAFOS TELEGRAMA

Recebido:

De

as horas

por

PREAMBULO:

DIRETOR INSTITUTO HISTORICO GEOGRAFICO R G S NÉSTA .

PORTOALEGRE N-0326.49.27.1250.

TENHO SATISFACAO COMUNICAR SENHOR GOVERNADOR REFERENDOU DECRÉTO 5720 DIA PRIMEIRO CORRENTE MES ABRINDO CRÉDITO DOIS MILHOES QUINHENTOS MIL CRUZEIROS VG VÉRBA PLANO OBRAS VG DEVENDO ESSE INSTITUTO ENTRAR ENTENDIMENTO SECRETARIA EDUCACAO AFIM ESTABELECER CONVENIO PT CORDIAIS SAUDACOES LEONEL BRIZOLA SECRETARIO OBRAS PUBLICAS

SAUDAÇÃO AO PROF. GUILHERMINO CÉSAR, NA OUTORGA DO TÍTULO DE SÓCIO BENEMÉRITO, EM SESSÃO SOLENE DE 8-11-1989

Laudelino Teixeira de Medeiros

Há setenta anos, em 5 de agosto de 1920, um grupo de pessoas interessadas em História e Geografia decidiu fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E hoje essa instituição, graças à dedicação e a um trabalho paciente e incansável, conta com uma produção científica comparável às melhores do gênero. Além das centenas de livros e inúmeros artigos científicos, da autoria de seus sócios, esse Instituto propiciou a realização de congressos e publicação de seus anais; a publicação de uma revista, que já atingiu o número 124; conta com uma biblioteca com mais de sessenta mil volumes, à disposição dos sócios e dos pesquisadores do País; com preciosas coleções de jornais antigos; com arquivos pessoais, de notáveis vultos rio-grandenses; e uma valiosa mapoteca. São muitas as consultas atendidas de órgãos governamentais do Estado e dos municípios.

Na plêiade de abnegados, que têm sustentado e feito crescer a entidade, lembramos apenas um nome entre os desaparecidos, o último dos fundadores, Adroaldo Mesquita da Costa, a quem, há mais tempo, havia o Instituto conferido a dignidade de Presidente Perpétuo.

A acumulação e preservação desse extraordinário acervo sobre o passado e a cultura do Rio Grande foi conquistada às expensas de uma dedicação de muitas pessoas, que, além do amor a seu País, possuíam uma visão clara sobre a importância da cultura para a sociedade e para os indivíduos.

A cultura é como que a "alma" de uma nação. E a linguagem de um povo, esse complexo sistema de sinais convencionais, que viabilizam a comunicação e a solidariedade e a expressão da beleza, tem como conteúdo a cultura. Os indivíduos, quando nos joelhos da mãe aprendem a língua de seu povo, vão impregnando a personalidade com os significados e valores, que constituem a cultura. E todo esse conjunto de modos de pensar, de fazer e valorizar, socialmente aceitos e transmitidos, vão frutificar nos ideais, nos objetivos de vida, nos valores, que os indivíduos e os grupos traduzem em pautas quotidianas de conduta e heroísmo em suas vidas. A cultura não se confunde com a moda efêmera, com a pantomima fugaz; ela tem raízes profundas na natureza humana e na sociedade.

Sem a cultura a sociedade fenece e o homem não alcançaria sua plenitude.

O Instituto Histórico e Geográfico labuta quotidianamente na re-

construção do passado do Rio Grande e do Brasil e desencarna desses fatos estudados os significados e valores – a cultura – para que as atuais e as futuras gerações possam livremente assimilar essa herança espiritual.

É aqui que revela para nós a grande dívida do homem rio-grandense, das atuais e futuras gerações, para com Guilhermino Cesar. A nossa cultura regional, que é integrante da cultura brasileira, se enriqueceu apreciavelmente com suas produções literárias. A sua contribuição no campo do ensino, da literatura, da história, do jornalismo, da administração pública, é enorme. Muitas gerações de alunos e seus colegas de universidades usufruíram de sua competência profissional e de sua rica experiência humana. Ninguém, como ele, realizou tão extensa e profunda pesquisa no campo da história literária do Rio Grande. O seu trabalho não foi somente uma classificação de estilos literários: foi também uma lúcida história das ideias. Ainda no campo da História, esquadrinhou as áreas da história econômica, da história política e militar, da história do povoamento. Em todas as áreas em que atuou, operou com competência, com senso crítico, com espírito humano.

Esse mineiro, com visão brasileira e universal, certo dia convidado a trabalhar pelo Rio Grande, entregou-se com efusão de alma. Todos os quadrantes da vida o atraíram. Integrou-se plenamente na vida da região. Mineiro, haveria de ser, naturalmente, um rio-grandense de coração. E com isto lucrou abundantemente o Rio Grande: ganhou a sociedade e ganharam os indivíduos, que todos se alimentam da cultura.

Além de tão elevadas razões, outros foram os motivos específicos que levaram o Instituto Histórico e Geográfico a conferir pela primeira vez a um seu sócio, Guilhermino Cesar, o título de Benemérito. Suas atividades se enquadram de modo perfeito no que preveem os Estatutos: (pessoa que) "de forma eficaz e destacada, haja contribuído para a prosperidade do Instituto."

Há quarenta anos ingressou na instituição e se dedicou com assiduidade, com ardor, com o envolvimento de quem labuta por uma causa sagrada, ao engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico. Já no ano seguinte ao seu ingresso, foi eleito presidente e seu influxo dinamizador animou a vida da instituição por quatro períodos sucessivos, de 1950 a 1958. Foi Vice-Presidente ainda por três períodos. A Guilhermino Cesar se devem muitas iniciativas e decisões importantes, que propiciaram recursos econômicos necessários às atividades culturais. A "Revista", órgão vital para o estímulo à produção intelectual, à difusão e ao intercâmbio, recebeu de Guilhermino Cesar decidido e eficaz apoio. Como integrante da Comissão realizou as tarefas necessárias à publicação, selecionando artigos, revisan-

do provas, gestionando a impressão. Hoje, lamentavelmente, sem contar há vários anos com qualquer auxílio governamental, enfrentam-se as maiores dificuldades para a publicação desse órgão científico. Nas atividades ordinárias, não me recordo de sessão a que tenha ele comparecido na qual sua voz não se fizesse ouvir. As suas ponderações foram sempre recebidas com atenção e respeito. Em instituições européias de pesquisa e em universidades o Instituto se fez presente muitas vezes na pessoa deste seu sócio ilustre.

Professor Guilhermino Cesar: gostaria de ter deixado de lado todo o formalismo que a ocasião impõe. De não usar palavras e expressar em nome do Instituto e dos amigos toda a alegria que nos possui num abraço mais que fraternal.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao lhe conferir a dignidade de Membro Emérito, pretende resgatar uma parte de sua dívida.

Discurso proferido, de improviso, pelo Dr. GUILHERMINO CESAR.

Digníssimas autoridades civis, militares, presentes ou representadas, meus amigos. O discurso do Professor Laudelino Medeiros é uma oração de amigo que recebi emocionadamente. Recorda-me o tempo, que já vai longe, em que o conheci muito mais novo do que eu, nos salões da Associação dos Professores Católicos, onde ele debatia, com argúcia, os temas ali discutidos, e ali nos fizemos amigos para sempre. Deus me deu uma boa companhia. Obrigado, Laudelino!

Entrei para o Instituto em 49. Na companhia, quase na companhia de um amigo que o seria pelo resto da sua e da minha vida, Moysés Vellinho. Os tempos eram outros, evidentemente. Mais propícios, talvez, à convivência diuturna. Se hoje, nas próprias Universidades, os alunos não aparecem, nós, aquela época, estudantes de história, voluntariamente, aparecíamos aqui todas as quintas-feiras, por gosto, por cachaça, dizia um deles entre risadas, mercadoria que, entretanto, circulava muito aqui perto, porque aqui havia muitos estudantes, mas não entrou aqui. E, é lógico, que a esta convivência semanal, não falhávamos nunca, quase nunca, às reuniões do Instituto. De modo que a convivência nós, dos grupos, daquele grupo, foram se aprofundando. Muita coisa interessante surgiu. Nessa época, eu sucedi ao Dr. Eduardo Duarte. Então conheci esse homem miraculoso que é, que tem sido desde então, o "faz tudo" desta Casa, esse admirável Thomaz Carlos Duarte. O homem probo, limpo como um cristal, honrado, que lamento não ver aqui. Esse homem foi, de 49 até hoje, a alma viva do Instituto, dedicando-se à biblioteca, à economia da Casa, à sua segurança, à previsão das

coisas essenciais, presentes e futuras. Seu filho hoje segue-lhe o exemplo.

Aqui conheci aquela alma cristã, essencialmente cristã, nobremente cristã, que foi o Padre Jaeger. Aqui aprendi os exemplos do bom, do fraterno, do às vezes ingênuo, como convém, do Monsenhor Balém, que vinha diariamente ao Instituto. Ele fazia doações constantes de obras valiosas e foi um companheiro admirável. Aqui, em suma, conheci homens de várias profissões mas, sobretudo, fascinados pelos estudos históricos. E aqui sobretudo humildemente fui discípulo desse homem. Quando entrei no Instituto, havia publicado um longo ensaio no "Minas Gerais", de Belo Horizonte, por ocasião do Quarto Centenário de Anchieta. Em Porto Alegre, publiquei um pequeno fascículo chamado "Aspectos Econômicos da Vida Presente", de 1939. Aqui no Instituto, portanto, eu vim a aprender muita coisa, que só depois se maturou, e só depois me deu a oportunidade de escrever alguns volumes, que andam aí, pelo mundo. De modo que eu devo a esta Casa inúmeras coisas, inclusive esta boa paz de espírito, de quem não deve nada a ninguém e de quem pode ser aquilo que gostaria de ser, sem ofender a ninguém, sem embarcar em canoas furadas, sem embargar o caminho alheio; ao contrário, auxiliando bastante aqueles que nos rodeiam, sempre que possamos contribuir, de algum modo, para que surja uma nova ideia, uma nova iniciativa.

A convivência faz a amizade, como estão vendo. E eu me sinto, portanto, comovido, mas gostaria de amenizar esta lembrança, contando coisas rápidas, por que hoje é dia dos "Enéias", que estão vociferando lá fora, contando algumas coisas que se relacionam com nossa vida social.

Três a quatro meses depois, eu fui eleito Presidente. Às quintas-feiras, na hora de fechar a Casa, eu gostava de acompanhar o Thomaz, até o último momento. Porque ele fechava as portas, as janelas, as luzes, tudo. Depois, íamos até o medidor de luz, fechávamos o medidor de luz e ele me dizia assim: Agora, escuta! E eu parava a respiração e começava a ouvir um zumbido longínquo, Zuuuummm... E, eu falei: o Thomaz, isto é do medidor? Não, doutor, é o caruncho. A casa, à noite, era uma casa mal-assombrada. O caruncho se encarregou de torná-la assim. E nós ficávamos pasmos, deliciados com aquelas sinfonias, com aquelas suítes. Eu me lembrava um pouco de Debussi. Me lembrava, um pouco, aquele "Pé de Lã", da música do Debussi, em cima de um tapete persa. Era a música dos carunchos. E eu disse comigo mesmo, e com ele, Thomaz. Talvez ele nem se lembre disso, o propósito de fazer com que o Instituto Histórico tivesse uma sede condigna. Não publiquei mais a Revista, porque nós não tínhamos receita. Quando era necessário mandar uma correspondência, o Thomaz olhava para os sócios e dizia: Quem é que vai pagar esta correspondência hoje? E dizia o

Tesoureiro: Tire uma assinatura da Revista para fulano de tal. Chegava lá com o recibo de doze cruzeiros ou seis, que era a contribuição comum, e o sócio já sabia: enfiava a mão no bolso e dava o dinheiro da assinatura da Revista. E havia sócios que assinavam quatro Revistas por mês – eram quatro dias de sessão – porque não tínhamos dinheiro para a correspondência, não tínhamos dinheiro para os trabalhos de higiene, mas eu tinha amigos e apelei a esses amigos. Um deles chamava-se Ernesto Dornelles.

Quando o Estado, pelo seu engenheiro de obras públicas, o Engenheiro Brizola, traçou o primeiro plano de obras, passaram-me despercebidas as circunstâncias. Quando eu vi, o Decreto estava em mãos do Governador. Olhei o plano de obras e disse: Bom, passou esta vez, mas a segunda não me passa. De repente, vem o segundo plano de obras e eu disse: Agora o Instituto não passa despercebido. Falei com o Governador: o Senhor vai dar o primeiro auxílio substancial ao Instituto Histórico. Combinei com ele, entendi-me com ele. E o segundo plano de obras concedeu a esta Casa o auxílio de dez mil cruzeiros, naquela época. Evidentemente não tínhamos o plano feito para a construção da casa. O dinheiro foi depositado no Banco da Província em Porto Alegre. Com essa "fortuna" começamos a respirar. E eu não publiquei a Revista. Continuei a bater pé, dizendo que a Revista deveria sair algum dia, no momento em que nós tivéssemos cadeiras para sentar, no momento em que nós tivéssemos uma sede condigna para nossas obras, para nossos livros. Nesse ínterim, morre Othelo Rosa, amigo que não faltava nunca às nossas sessões, a quem todos nós devemos muito. Morre Othelo Rosa. Então combinei com a família: Othelo Rosa é o único caso de cartoriado que morreu pobre. Era um homem pobre, apesar de tabelião. Como a família contava com modestos recursos, propus: se o Estado desse quatro mil cruzeiros por essa biblioteca... Combinou-se tudo e eu fui ao Governador, que não era mais Dornelles, era outro, e combinou-se que o Estado compraria por quatro mil cruzeiros, para doar ao Instituto Histórico. Mas, um ilustre deputado, meu amigo, e hoje muito mais amigo do que naquela época, entendeu de manifestar, como se manifesta comumente no Brasil, o seu reparo: que a biblioteca de Othelo Rosa não fosse doada, como dizia o projeto de lei, mas emprestada. Hoje, esta biblioteca é mais bem cuidada do que as bibliotecas públicas, de serventia, em Porto Alegre. De modo que a previsão do nosso querido deputado, uma previsão pessimista, não se confirmou; a biblioteca está aí, sem faltar um volume, devidamente resguardada. E eu não publiquei a Revista. Com várias críticas, publiquei depois, numa oportunidade, uma reedição de dois números da Revista do Partenon Literário. Coisa curiosa: o Rio Grande do Sul publicou uma revista em 1869, da qual as pessoas não conheciam nenhum exemplar. E nós tínhamos aí a coleção quase completa. O Thomaz, vigilante como sempre, conse-

guiu reunir todos os números da Revista, e nós publicamos dois fascículos com a Revista do Partenon Literário. Grande serviço à cultura gaúcha, podem dizer aqueles que a conhecem bem, porque ninguém conhecia praticamente essas raízes nas publicações em meados do século XIX. E eu não publiquei a Revista mais. Só publiquei, mais tarde, dois números da Revista. Enquanto isso, minha cabeça fervia de planos, planos sem dinheiro. Mas, fomos amealhando. Um belo dia, entrou-me pela cabeça adentro um plano: comprar um imóvel para dar renda permanente ao Instituto. Para nós não dependermos de ninguém. Para nós sermos donos do nosso próprio nariz. E foi assim que numa manhã me apareceu lá em casa o Monsenhor Balém: Nós precisamos arranjar renda; o senhor tem razão. Aquele dinheiro está sumindo. Pois não pode sumir. Aquele dinheiro é destinado à construção da nossa sede. O que nós vamos construir? Eram dez mil, partiram para cinco mil. São esses modos de administrar: dão as coisas pela metade, pela cara do pedinte. É melhor não dar nada! Porque com os dez mil nós construiríamos, mas alguém entrou no nosso caminho e arrancou cinco mil da nossa verba para o "Júlio de Castilhos", que só construiu aquele anexo, dez anos depois. Senão, poderia ter construído uma linda sede para o "Júlio de Castilhos". Mas, não sei o que houve, ficou aquela coisinha que está ali.

Bem, por que eu conto estas coisas? Para mostrar que o importante numa instituição é a sua possibilidade de sobrevivência, sem dependência financeira, sem depender do órgão público. Eu tive a sorte de ter, no governo, um amigo. Mais tarde, baixada a lei do plano de obras, eu tive o prazer de mandar pagar, ao Instituto Histórico, aquela doação. E assim esse dinheiro ficou guardado até o momento daquela ida, à minha casa, do Monsenhor Balém. O Monsenhor Balém arquitetou uma coisa engenhosa. Ir à Auxiliadora Predial verificar se havia algum prédio que coubesse nas nossas pretensões financeiras. E descobriu um edifício, com três apartamentos e uma grande loja. E eu saltei logo: Já podemos construir a nossa sede, porque temos onde deixar o nosso dinheiro. Por- que o problema seria onde colocar esses livros que nós temos aqui até hoje. Colocar onde? Entregar a quem? Esse edifício está alugado até hoje. Quando se tratou da mudança, o Thomaz foi para lá com a família e os livros. Ficou lá com os livros. E nós começamos a ter renda, começamos a ter dinheiro para nossa correspondência, começamos a ter dinheiro para nossas necessidades diárias.

Então eu fui, com a minha teimosia, e cheguei ao ponto ideal. Até o momento em que se viu a possibilidade de construirmos aqui uma sede. Nós não possuímos todo o terreno. Aqui, nos fundos, funcionavam as garagens do Governo. Batemos à porta do Governador. O Governo nos deu dois centímetros, para igualar o terreno, para no futuro podermos construir a nossa sede, o que parecia um sonho idiota. O mineiro é meio quixotesco.

E eu impassível diante das críticas de alguns queridíssimos amigos que diziam: Mas, e a Revista? E eu falei: a Re- vista pode esperar! E os livros que nós temos, mal guardados, mal encadernados, não podem esperar muito, porque não temos uma sede condigna.

Em suma, viajo para a Europa, para uma estada um pouco prolongada, em função do serviço. Quando volto, eu fazia parte de uma comissão de constru- ção do prédio. Quando volto, encontro um plano esboçado por um homem que prestou ao Instituto, nessa fase, um serviço inestimável. Eu me refiro ao Cel. Mário Calvet Fagundes. Infelizmente, ele faleceu anos depois. E, quando volto da Europa, sou convidado a uma reunião do Instituto e tive o prazer de entrar nesta sala. Ainda não estava mobiliada. E os livros guardados no lugar que lhes fora destinado. E o Instituto com uma arrecadação capaz de manter seus serviços urgentes, essenciais, sem estar dependendo da boa-vontade de ninguém.

Quer dizer, eu conto estas coisas para mostrar que uma obra como a do Ins- tituto é uma obra de um grupo de homens, um grupo de bons companheiros, de leais companheiros, de queridos companheiros, que não brigam por posição, que não brigam para aparecer, que não publicam a Revista, mas colocam tijolos na parede, para que ela resguarde seu patrimônio principal, que são os livros, mapas, etc. Tudo o que veio depois nasceu desse plano inicial: não pôr dinheiro naquilo cuja despesa possa ser adiada. Como vêem, já os caceteei bastante. Mas os senhores têm sido tão caceteados esses dias, com o programa eleitoral, que não vão estranhar muito que eu grite agora, no fim: Eu estou assim porque não sou o Enéias! Jamais quis ser o Enéias! Eu sempre me contentei com a minha mulher, com os meus livros e com os meus amigos, sobretudo com estes queridíssimos amigos. (Emoção. Palmas)

Com estes queridíssimos amigos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, personificados agora na figura do meu caro Presidente. (Palmas)

Quero continuar, mas não conseguirei.

Quero contar, ainda, um episodiozinho, para ilustrar o estágio de cultura rio-grandense no momento em que o Instituto Histórico me recebeu.

Eu passei diante de uma certa instituição de cultura, em Porto Alegre, e vi um caminhão sendo carregado de revistas. Pus a mão na cabeça, porque há dias passados, eu, frequentador de "sebo", na época, fora ao montão dos livros e encontrara lá uma coleção completa da Revista de Língua Portuguesa, aquela famosa revista que publicou a réplica de Rui; eu falei: Você comprou isso? Comprei, por caridade; a moça me pediu que

comprasse por caridade, para limpar o lugar lá que estava muito sujo. Eu falei: Que lugar é esse? É de uma organização pú- blica. Eu disse para ela: Mas a senhora vai vender esta revista? Ela disse: Eu vou vender, sim, senhor. Agora adotam a ortografia nova, e esta é escrita em ortografia antiga; então eu vou vender! Imaginem os senhores, uma biblioteca pertencente ao poder público vender uma revista de língua portuguesa editada em 1920.

Outra vez eu passava diante de uma instituição veneranda e vi um sujeito carregando, também, livros. Pus a mão na cabeça, vim correndo aqui e falei. Thomaz, vai ver o que é aquilo. Ele chegou lá: era uma coleção de almanaques do tempo do Império. Lá encontrou ele, pesa-me dizê-lo, lá encontrou ele uma coleção completa da Revista Ilustrada, com ilustração do Angelo Agostini, o mais famoso caricaturista do Império. Ela está aí, na nossa Casa. O Thomaz foi lá, arrumou uma carroça, estava sem dinheiro, me telefonou, eu vim aqui, dei dinheiro ao Thomaz. O Thomaz foi lá buscar as revistas, que estavam sendo vendidas pra fogueira, para festejar, naturalmente, a burrice nacional.

São fatos assim que, contados à guisa de coisa engraçada, empurram a gente a servir às instituições, como o Instituto Histórico, onde essas coisas não acontecem.

Portanto, a vocês que são jovens, eu peço: Ampliem, o quanto possível, as possibilidades de trabalho desta Casa. Ela é benemérita. Ela tem demonstrado sua benemerência por longos anos e merece ser cultuada como uma Casa de cultura verdadeiramente útil, como de fato o é. Era isso que eu queria dizer. (Palmas)

Discurso de encerramento, feito pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Luiz Alberto Cibilis

Dr. Guilhermino:

Eu ingressei, nesta Casa, no período da sua presidência. Sou, portanto, testemunha ocular de todos esses fatos que referiu. Neste momento, em que se concede o primeiro título de sócio Benemérito a um membro efetivo, desejo assinalar, também, a colaboração que a nós tanto prestou, com a Revista, o Cel. Arthur Ferreira Filho, aqui presente. (Palmas)

Desejo, também, lembrar os que já se foram. Referir o grande trabalho, a grande dedicação, que deu a esta Casa: Adroaldo Mesquita da Costa, Moysés Vellinho e, como disse muito bem o Dr. Guilhermino, à Mário Calvet Fagundes que, quando Presidente da GB Imobiliária, e membro da diretoria, criou as condições para que pudéssemos edificar e possuir esta sede, rica entre outras congêneres no Brasil. Trabalhos que não podem ser

esquecidos por esta Casa e que ficarão registrados.

Nós resolvemos conceder-lhe este título, professor Guilhermino, na data, no ano do Bicentenário da Inconfidência Mineira. Para não só homenageá-lo, como também, para homenagear a Terra das Alterosas, que contribuiu, tantas vezes, com homens ilustres, para esta Terra, como vossa excelência. Aqui temos um outro mineiro, professor também universitário, que veio participar desta solenidade, professor Sebastião Gomes de Campos.

Esta homenagem é muito pálida, senhor homenageado, se comparada aos trabalhos em prol do Rio Grande: como Conselheiro do Tribunal de Contas, como Secretário da Fazenda, como professor universitário das nossas duas Universidades mas, principalmente, pela produção intelectual que pereniza a história do Rio Grande: "História da Literatura do Rio Grande do Sul" e "História do Rio Grande do Sul: Período Colonial".

Todo este trabalho não pode ser esquecido e deve ser referido neste momento. É, também, o motivo de nossa homenagem.

Agradecemos a presença do Professor Adelino Madalosso, Vice-Reitor e representando a Universidade Católica, neste momento; a Dra. Déia Figueiredo, representando a Academia Literária Feminina; a Professora Antonieta Barone, Presidenta da Aliança Francesa e do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano; do Professor Raphael Copstein, representando a Associação Rio-Grandense de Imprensa, e da Professora Sara Venegas, Presidenta da COMOCIT. Agradecemos, ainda, a magnífica saudação, ao homenageado, proferida pelo Professor Laudelino Medeiros. Agradecemos a todos os nossos convidados que, conosco, vieram prestar esta homenagem ao nosso ilustre historiador e que com suas presenças deram brilho a esta solenidade.

Está encerrada a sessão. (Palmas)

Plano de Pesquisa

Apresentado pelo Prof.Guilhermino Cesar da Silva

Título – O Conde de Piratini: perfil intelectual de um estancieiro gaúcho do século XIX

Finalidade – Ampliar o conhecimento acerca do Rio Grande do Sul oitocentista, notadamente no que diz respeito ao estágio cultural do povo e dos dirigentes.

Material utilizado e sua interpretação – Com base no volumoso arquivo de João Francisco Vieira Braga, Visconde de Piratini, e demais papéis de seu espólio, procuraremos estabelecer o grau de desenvolvimento mental desse "grande" do Império, cuja presença encheu a vida pública rio-grandense por mais de sete décadas.

Proprietário rural, comerciante, político, filantropo, João Francisco Vieira Braga é autor de um manuscrito --Instruções para o Capataz da Estância da Música, que só tem um símile conhecido na história sul-americana: as instruções expedidas por José Hernández, o autor de Martín Fierro, ao pessoal empregado na administração de uma extensa propriedade localizada na província de Buenos Aires.

O cotejo dos mencionados textos -- o brasileiro e o platino -- e seu estudo, bem como das instruções de André Ribeiro Coutinho ao administrador da Estância Real do Bojuru, em 1744, serão objeto de capítulo especial, com o fim de pôr em relevo a importância dos mesmos no concernente à antropologia cultural.

O capítulo reservado à formação intelectual dos homens daquele tempo (preferências literárias, idéias sobre política, religião, letras, artes) abrangerá um largo período da vida gaúcha.

UM ILUMINISTA NO GOVERNO DA CAPITANIA

Guilhermino Cesar

Sustento há vários anos a tese de que o Rio Grande do Sul, cuja ocupação oficial só se efetuou, tardiamente, em 1737, teve como compensação para esse atraso, inúmeros benefícios. Um deles: a qualidade de seus governantes. A contar dos primeiros, chegados na expedição do Brigadeiro Silva Pais, eram chefes de escol, imbuídos das ideias de reforma social que distinguiram o "século dos filósofos". E explica-se. De D. João V ao fim do período pombalino, e deste até 1810, data da morte de D. Maria I, o Iluminismo havia modelado em Portugal várias gerações a quem se pode creditar a defesa intransigente de um espírito liberal sinceramente aberto a inovações no campo da política, da economia, do ensino. E isso teve imediatos reflexos no Brasil.

No Rio Grande do Sul, um Silva Pais, um André Ribeiro Coutinho, um Francisco João Roscio, um Fernandes Alpoim, um Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, um José de Saldanha, um D. Diogo de Souza, para citar apenas alguns nomes, se representaram de fato, no exercício da administração, o despotismo esclarecido da época, em verdade o fizeram com uma ponderação em cujas malhas se adivinha já o influxo do espírito de tolerância que viria a ser o apanágio do Duque de Saldanha, o último governante português que tivemos na então Capitania, às vésperas da Independência.

Ora, D. Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes, o primeiro de nossos capitães-generais, dada a época em que viveu (1755-1829), pode ser tomado como testemunha da transformação sofrida por Portugal nesse período de sua história num caminho que o levou do mais severo absolutismo monárquico à implantação da carta constitucional de 1826.

O jovem Diogo Martim Afonso, ao ingressar na Universidade de Coimbra, lá encontrou um organismo que seus antepassados não conheceram – a Faculdade de Matemática.

Esse curso era, porém, um dos menos frequentados, ao contrário do de Cânones e do de Teologia, onde formigavam os discentes. As famílias de prol custaram muito a admitir que seus descendentes se tornassem engenheiros, artilheiros, físicos, naturalistas, astrônomos. O bonito, o estimado, eram os cursos acadêmicos onde se pudesse exercitar a eloquência, ao lado da escolástica medieval. Um membro da nobreza raramente se sujeitava a estudar balística, a manobrar máquinas, aparelhos, canhões; isso não era ocupação de gente limpa, mas da arraia miúda, tarefa plebéia de "oficiais

mecânicos"...

Diogo de Souza, sem embargo de pertencer ao velho patriciado reinol, matriculou-se no curso de Matemática e lá se diplomou, habilitando-se por essa forma a seguir com brilho a carreira das armas. Nos diversos postos que exerceu, em África, na América e na Ásia, os conhecimentos por ele adquiridos em Coimbra foram o principal alicerce de sua notoriedade. Com efeito, o curso em questão não era nada fácil. Nele só podia ingressar quem houvesse concluído as humanidades (inclusive Latim, Filosofia Nacional e Moral, Francês e Inglês). No primeiro ano do curso, o aluno devia frequentar duas disciplinas da Faculdade de Filosofia – História Natural e Física Experimental. No segundo ano, e durante o resto do curso, estudava ainda: Geometria, Cálculo (Análise Infinitesimal e Integral), Ciências Físico-Matemáticas (abrangendo a Mecânica e a Ótica) e Astronomia.

Além de bem instruído, D. Diogo teve boa cabeça de administrador. Deu a melhor conta de si mesmo em várias prebendas, no ultramar: governador de Moçambique; governador e capitão-general do Maranhão; Vice-Rei da Índia. E mais: presidente do Conselho Ultramarino; par do Reino; Ministro da Guerra; Conselheiro de Estado. No Rio Grande, porém, foi que teve de exercer sua mais espinhosa tarefa: organizar o Exército de Observação, que acabou invadindo o Uruguai, atendendo a interesses de D. João VI e de sua consorte, a princesa espanhola D. Carlota Joaquina.

Sob vários ângulos pode ser vista essa personagem de nossa história. Mas o que neste momento me interessa é um aspecto que se entende diretamente com a sua sensibilidade de administrador.

Conforme dissemos linhas atrás, ao assumir o governo de São Pedro, D. Diogo o fez na condição de seu primeiro capitão-general. A criação da Capitania (1809), desmembrada da do Rio de Janeiro, respondeu a necessidades instantes. Com a incorporação das Missões Orientais (1801), com o recrudescimento da insurreição platina contra o domínio espanhol, com o surgimento de complicadas questões europeias, durante a luta entre a Inglaterra e a França napoleônica – um quadro internacional conturbado veio conferir a esta nesga de terra americana, o Rio Grande do Sul, importante papel. A Banda Oriental, por outro lado, era sacudida por uma caudilhagem ativa, interessada em promover sua independência, e portanto insatisfeita quer com o governo de Buenos Aires, quer com a dominação espanhola, quer com a crescente influência da Casa de Bragança na América do Sul, sobretudo após a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro.

Escolhido pelo príncipe D. João para governar a nova Capitania, D. Diogo recebeu também o encargo de preparar o Rio Grande para intervir militarmente, quando preciso, na área do Prata. E disso ele se desincumbiu

perfeitamente bem, como é do conhecimento de todos. Mas os estudiosos de sua vida nem sempre observam que esse homem excepcional ultrapassou a si mesmo. Se de um lado preparou o Exército de Observação e levou-o à vitória, só recuando em face de um inesperado acordo diplomático, por outro lado a sua sensibilidade de administrador se fixou com o maior discortino em problemas candentes.

Darei um exemplo. Em 18 de outubro de 1809, ao suceder no governo a Paulo Gama, D. Diogo percebeu que não bastava um exército, por mais bem organizado que fosse, para reter a "marca" do Sul em mãos portuguesas. A principal tarefa, portanto, era povoá-la, radicar homens nos largos espaços vazios, mas não apenas de modo nominal, como haviam feito os sucessores de José Marcelino de Figueiredo. O sistema sesmarial havia sido aqui, em numerosos casos, uma burla. A concessão de terras continuava a fazer-se, é verdade, mas atabalhoadamente, em benefício de

poucos. Compreendeu D. Diogo que a guarda da Fronteira não podia ficar adstrita à adoção de medidas de ordem militar. Urgia providenciar na fixação de gente nossa em todas aquelas paragens confinantes do extremo-sul. Exemplifiquemos de novo: seria imprudente deixar devolutos os campos das antigas Missões Orientais. Ali, onde outrora assentavam as chamadas "estâncias jesuíticas", a repartição de terras devia dar preferência a velhos cabos-de-guerra leais à Coroa. Foi o que ele fez. Desta sorte, entre 1814 e 1815, inúmeras concessões autorizadas por D. Diogo retalharam o Oeste e o Sudoeste. Onde outrora ficavam os campos jesuíticos, começou a aparecer, como estancieiros, gente nossa; e a propriedade privada, desta forma, ali fixa um sem número de brasileiros e portugueses natos, os quais, ainda ao tempo de Artigas, iriam opor enérgica resistência às investidas orientais.

Por sinal, D. Diogo foi generoso. Compreendeu, talvez, que o velho instituto da sesmaria chegara ao fim (efetivamente, foi abolido a 17 de julho de 1822). Pessoas influentes, com as quais contava o governo para sustentar a luta com os colonos espanhóis do Prata, tornaram-se proprietários de largos tratos de terra no vale do Uruguai e do Ibicuí. Mas há uma diferença entre essas concessões e as antigas, a saber: as feitas por D. Diogo seguiam rigorosamente os preceitos legais.

Quantos conhecem a história local sabem que nessa matéria houve aqui, desde 1751, os maiores abusos. Ava- liando bem a extensão de sua responsabilidade, D. Diogo não quis continuar a distribuir terras com a mesma imprevidência de alguns de seus antecessores. Assim é que, empossado em outubro de 1809, já no ano seguinte baixava o Bando de 29 de dezembro de 1810, "a bem da geral tranquilidade dos possuidores de terras, metidos

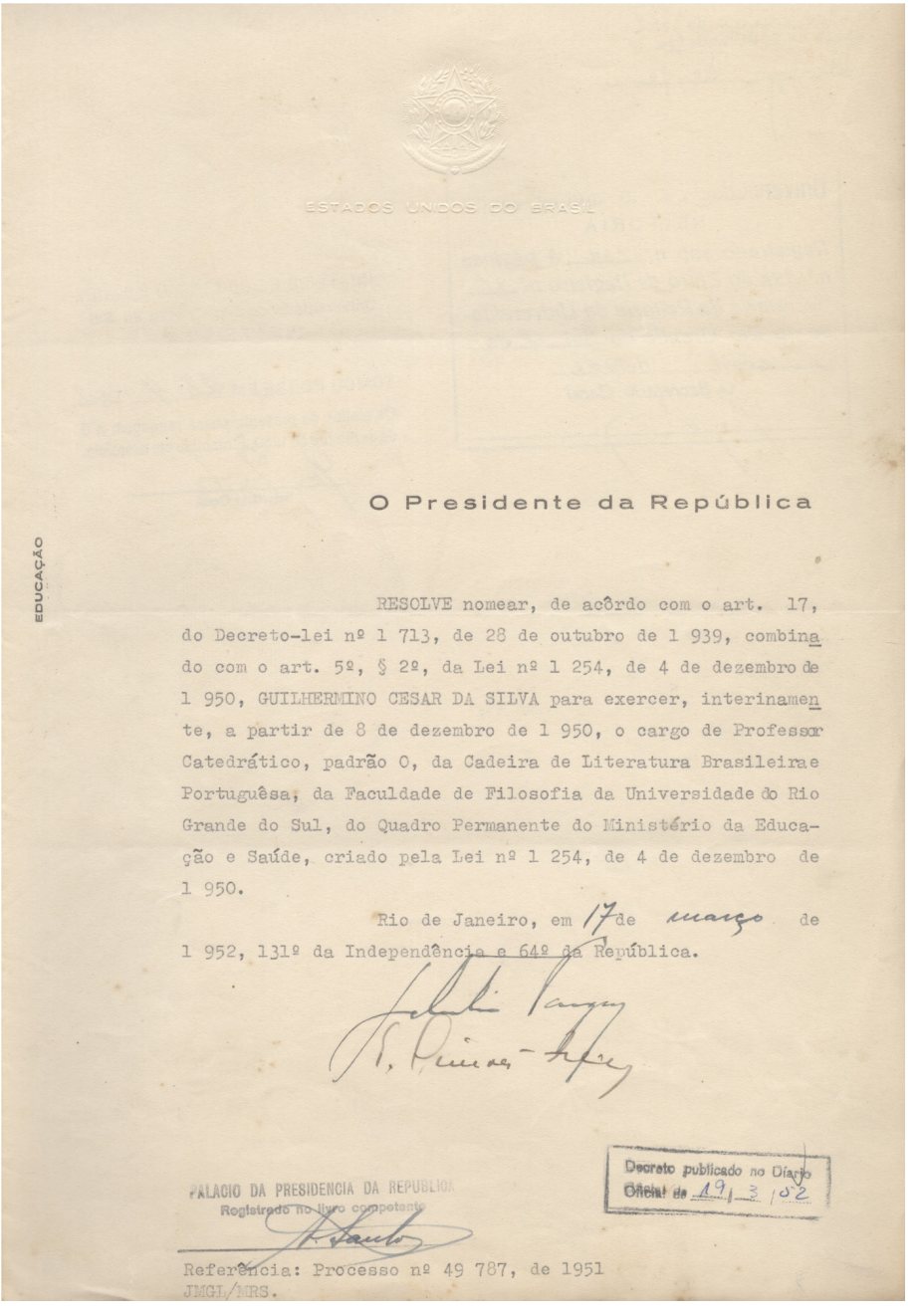
então nos mais enredados pleitos, em razão das irregularidades observadas no cumprimento da legislação a respeito", como diz na introdução esse documento.

Louve-se a argúcia com que procedeu D. Diogo. A questão do Sul não se decidia apenas na área militar. Os tempos eram outros. Se, de um lado, a propriedade rural, mercê da elevação do Brasil a Reino, começava a ter bom preço numa região tão remota, de outro lado o número dos povoadores havia aumentado consideravelmente. Tanto as guerras na Europa como os conflitos entre as colônias ibéricas, na América do Sul, a par da emigração para cá de personalidades influentes junto à Corte de D. Maria I, modificaram a vida agropecuária sulina, dando-lhe mais relevo no regime das trocas econômicas, e por conseguinte nos acontecimentos políticos de que era palco a fronteira meridional.

A "nobreza rural" gaúcha, como se viu logo após, durante o decênio farrapo (1835-1845), veio confirmar as previsões de D. Diogo. Sem dúvida, foi ela um ponto de resistência às ambições de Rosas e de outros caudilhos, sem embargo de discordar da política centralizadora do Império. Tinha os pés firmes na Campanha, já então definitivamente brasileira.

Desse meio rural saíram alguns dos líderes mais prestigiosos do movimento de Vinte de Setembro, logo transformado em insurreição republicana, cuja resistência às medidas repressivas surpreendeu seus próprios adeptos. Isso quer dizer que a Campanha, tendo modelado uma sociedade diferenciada, já estava também em condições de intervir com vantagem na trama política do país, fazendo valer sua conhecida vocação liberal.

Não teria sido essa a visão prospectiva que teve D. Diogo de Souza, um governador iluminista, quando ativou o povoamento da Campanha?



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

EDUCAÇÃO

O Presidente da República

RESOLVE nomear, de acôrdo com o art. 17, do Decreto-lei nº 1 713, de 28 de outubro de 1 939, combinado com o art. 5º, § 2º, da Lei nº 1 254, de 4 de dezembro de 1 950, GUILHERMINO CESAR DA SILVA para exercer, interinamente, a partir de 8 de dezembro de 1 950, o cargo de Professor Catedrático, padrão O, da Cadeira de Literatura Brasileira e Portuguêsa, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, criado pela Lei nº 1 254, de 4 de dezembro de 1 950.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1 952, 131º da Independência e 64º da República.

Getúlio Vargas
R. Pinto-Seixas

PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
Registrado no livro competente

Decreto publicado no Diário Oficial de 19 / 3 / 52

Referência: Processo nº 49 787, de 1951
JMGL/MRS.

Entrevista a Sergius Gonzaga

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Eu acho que se não fosse o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920, grande parte da história do Rio Grande do Sul seria hoje irrecuperável. É uma entidade que se preocupa muito com esse passado, tem uma excelente biblioteca. Eu consegui para o Instituto, por doação do Borges de Medeiros, toda a correspondência dele, pedi que ele desse a correspondência e ele doou. O problema depois foi organizar isso. As alunas do curso de História ficaram de "cola alçada" e queriam consultar o arquivo tal como ele estava. Eu não deixei, não se mexe no arquivo, senão um especialista. E então depois, pouco a pouco, fomos arrumando dinheiro e o arquivo hoje está todo indexado, com exceção da parte dos telegramas. O único Arquivo do Rio Grande do Sul de correspondência passiva organizado é o nosso, do Instituto Histórico. Ali, por exemplo, na correspondência passiva do Borges de Medeiros e na ativa também, quanto material existe!... É uma riqueza de material!...

Mais reflexões sobre a História Oral... A chamada literatura, Historia Oral é muito evanescente, é muito traiçoeira, porque muitas vezes você encontra uma fonte oral fantasiosa,.. é bom ter uma fonte oral fundamentada em documentos escritos, aí sim, a oralidade fica mais digna de fé. Como tratava Borges de Medeiros seus inimigos políticos?! É bom que a gente tenha uma carta de um desses inimigos políticos, para ver como ele tratava os seus inimigos em Erval... Há uma carta de Passo Fundo, por exemplo, que confirma o tratamento dado -aos políticos de lá pelo senhor Borges de Medeiros no tempo em que ele foi governador... a oralidade pode ser fabricada... Pode ser exageradamente fabricada a favor de um personagem histórico ou a favor de uma grei política, ou de uma interpretação histórica que interesse à comunidade inteira. Então, a tradição oral é muito tenrazinha, é muito delicada, é preciso ter muito cuidado com ela. É uma matéria muito difícil de se tratar, você ouve vinte pessoas que conviveram intimamente com o Borges de Medeiros, dezoito te dão uma versão da vida do Borges de Medeiros e dos laços do Borges de Medeiros, totalmente diferente das dos outros. Um dá uma tradição do Borges de Medeiros que você não encontra em nenhum dos outros. É muito difícil a História Oral. Eu tenho aí o José Maria Pemán e tenho também um livro do Madariaga, na coleção dos espanhóis. Tenho um livrinho do Madariaga que é uma das coisas mais gostosas do mundo. É a poesia oral espanhola que ficou esquecida desde a fase de formação, nunca ninguém havia recolhido a maior parte dessa tradição poética espanhola. O Madariaga, que era um grande escritor, um homem que conhecia profundamente a tradição literária, a lírica da

Península Ibérica, começou a buscar documentos antigos e lá encontrava: "Fulano de Tal, residente na vila tal assim, assim... Uma vez, numa festa, recitou a seguinte quadra"..., esta quadra não era escrita... "beltrana, uma senhora muito culta, morava na cidade tal, assim, escreveu numa ocasião a seguinte sátira política"..., lá vem a sátira política. Quase todo material reunido por ele, era não escrito. À origem desse material, era a fonte popular. Ele fez um livro que é uma gostosura, um livro que é uma espécie de retrato psicológico dos mais empolgantes da história popular da poesia espanhola. À mesma coisa se fez com o cancioneiro português...

História Moderna

A História Moderna é mais fácil. Dá menos trabalho. Eu acho... Você quer escrever a vida do, vamos dizer, Borges de Medeiros. Agora, quer escrever a do José Marcelino de Figueiredo. A diferença de oitenta anos é um abismo, a falta de documentação é um abismo, não é? Os documentos vão embora. Por isso que eu digo: é preciso organizar um museu da Universidade do Rio Grande do Sul, com todos os documentos que valham como documentos históricos de valor para guardar aquilo para o futuro. Porque o futuro não verá mais nada, não há mais livros antigos na biblioteca do Rio Grande do Sul, as bibliotecárias botam fora, livro velho dizem que é historiografia antiga, eles botam fora. Eu tenho bibliotecas inteiras aqui compradas no brique... Uma bibliotecária da Prefeitura, um dia chamou o Manuel Duarte, do Instituo Histórico lá, mostrou a coleção "Revista da Língua Portuguesa", editada pelo Laudelino de Figueiredo. Ele falou: "Quanto a senhora quer...?, são cento e vinte volumes, cento e oitenta parece, quanto a senhora quer por esse livro?", "Ah! Isso!... Leva isso por trinta mil réis, é um favor que o senhor me faz". Ele falou: "Por quê? A senhora não gosta do livro?", "Não, isso é historiografia antiga". São revistas de 1920 e ela disse que era historiografia antiga. A biblioteca da municipalidade de Porto Alegre, está bem?! Isto é seríssimo!! A Biblioteca Pública botou fora uma coleção de revistas, eu passei por lá vi um caminhão cheio de revistas, avisei o Instituto Histórico: "Estão botando fora várias revistas". Alguém foi lá e encontrou "A Semana Ilustrada", o maior periódico impresso na América do Sul, em meados do século XIX pelo Ângelo Agustini, que era o maior caricaturista italiano exilado no Brasil. Estavam botando fora, porque era desenho de um pintor italiano, não interessava para o Brasil. O Tomás foi lá deu dez ou vinte mil réis ao sujeito e trouxe para o Instituto Histórico, está lá no Instituto Histórico, vale mais de um milhão...

A História Oral

A História Oral tem muita importância no Rio Grande do Sul, essa conclusão, eu a tirei antes de conhecer o Estado, eu a tirei ali por volta de 25, 26. Eu nasci em 1908, tinha dezoito anos de idade quando comecei a ler os autores gaúchos mais representativos e tirei logo essa conclusão. Vim para cá em 1936 e 1938 foi o ano em que eu pude estudar um pouco mais a História do Rio Grande do Sul. Lá em Minas, a biblioteca que eu tinha em casa era grande, já era grande, mas aqui era maior, muito maior! Então, eu comecei a rever as minhas posições. Comecei a me preocupar com certos fatos que antes de vir para cá parecia-me secundários, de modo que há para mim uma história que eu conheci antes de conhecer o Rio Grande do Sul, há uma história que eu conheci durante o período em que tinha atividade política, fui Secretário de Governo, fui Secretário da Fazenda etc. Nesse período tinha uma história que eu conheci depois de ter tomado contato relativamente bem do Estado. E aí eu comecei a dar mais valor a essa história mais simples, a História Oral, por exemplo. Mas somente ela não é suficiente e depois nossas

Ainda a História Oral e a importância dos museus, exemplos europeus

A maioria dos jovens se forma numa escola que não tem um museu, entretanto, eu fui professor na Europa de duas Universidades. Uma delas, a Universidade de Coimbra, tem um museu que me dá, por exemplo, a relação dos alunos de 1500, a relação dos alunos e toda a história oral da escola do ano de 1505, do ano da descoberta do Brasil, de 1500, e muitos mais. Eu quero saber quem é Fulano de Tal. Ravasco, pai do orador Vieira, vou a Universidade do Coimbra... vou ao Museu, estão lá firmados nos livros e matrículas, estão escritos os nomes dos alunos e as notas que eles tiveram durante o seu curso e os trabalhos que eles realizaram também estão lá. Quer dizer, a História Oral aqui no Rio Grande do Sul, não está em lugar nenhum, e na Europa ela está mais ou menos registrada. Você pode, com pouco trabalho, perseguir uma fonte oral e encontrar uma fonte escrita, porque há museus, onde estão guardados todos os tipos de papel que interessam ao aluno, o aluno mais vagabundo do mundo, tem lá o seu cartão, é o Fulano de Tal... aluno de História, no ano tal, no ano de 1430... fulano de tal, companheiro de Anchieta no colégio... fulano de tal estudou com o Padre Vieira... E, então, você x-.'ai atrás dessas fontes, insignificantes e encontra um "mundo" de coisas interessantes; é uma história oral muito rica. Há uma história da Faculdade, do tempo em que era Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Foi escrita, por sugestão minha, pelo Luís Pilla, que era então o

diretor. Ele designou um grupo de professores para estudar a história da Faculdade. Ele se limitava às fontes escritas e algumas fontes orais, o pouco que se salvou... Logo depois, uma funcionária cretina resolveu jogar fora uma porção de papéis que estavam "incomodando". Contra isso eu me bati sempre. Por exemplo, onde está o Museu da Universidade do Rio Grande do Sul?... Entretanto, a Faculdade de Engenharia, encontra o passado todinho da Faculdade guardadinho, direitinho... se for à Faculdade de Direito, menos, mas se for à Faculdade de Engenharia encontra-se todo o seu histórico, o nascimento dela, das escolas militares de Porto Alegre, aquela coisa toda, então é uma fonte preciosa. A Medicina também tem quase tudo...

A história do Brasil

Os estudos históricos no Brasil, estão, terrivelmente atrasados. São ainda estudos episódicos-narrativos. Como se a história fosse somente isto. A história episódica-narrativa já preencheu um papel importante na educação da juventude brasileira, mas hoje é inconcebível continuarmos com os mesmos métodos.

José Honório Rodrigues e a História do Brasil

José Honório Rodrigues, em Sobre a metodologia da História do Brasil, dois volumes, cita uma pesquisa que eu andei publicando, um livro editado pela Faculdade, chamado "Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul". Ele escreveu um livro sobre metodologia e o estudo da história do Brasil e acha aquele meu livro importantíssimo, porque trata dos fatos miúdos, dos fatos abandonados em geral pelos historiadores e que, muitas vezes, constituem a matéria mais importante na História. Muitas vezes a pessoa pega um assunto pomposo e parece cheio de interesse e vai ver, esse é muito limitado. O fato histórico se mede de uma maneira muito diferente do outro fato histórico mais retumbante, mais... barulhento, mais luxuoso em detalhes, etc. Muitas vezes, o fato sem ver detalhe, passa até despercebido. O fato histórico não se mede pela impressão que causa no espectador, no observador. Mas, muitas vezes o fato mais obscuro é o fato mais importante no decurso de uma pesquisa.

Historiadores gaúchos

O historiador mais importante do Rio Grande do Sul, ao meu ver é um homem chamado Aurélio Porto. O "Processo dos Farroupilhas" é o livro de documentação histórica mais bem feito do Rio Grande do Sul... Não há dúvida, não há um erro grave. Eu não o conheci. Mas é um livro seríssimo,

de um trabalho infernal, ele passou anos e anos no Arquivo Nacional para fazer aquele livro. É um livro seríssimo. Não se pode dizer, "Fulano não era historiador", porque alguns não são historiadores. Agora, o maior dos historiadores, para mim, o maior intérprete da história do Rio Grande do Sul chama-se Moysés Vellinho. Que não era professor de História. Eu levei o livro do Moysés Vellinho para Portugal, entreguei ao Miguel Torga de manhã, de tarde me encontrei com ele na rua, disse: "Oh! Guilhermino, eu não pude trabalhar hoje!", digo: "por que?", "você me deu o livro do Moysés, eu passei a manhã inteirinha lendo, é um dos livros mais bem escritos do mundo, Guilhermino"". O livro era "Capitania Del Rei". Quer dizer, é um livro bem escrito, bem pensado, bem estruturado. É um livro que reivindica e prova o que ele reivindica, quer dizer, é um escritor primoroso, não tem uma palavra fora do lugar, não tem uma vírgula fora do lugar, isso é que é historiador, baseado em documentos. Não é exagero o que eu vou dizer, o Aurélio Porto conhecia o pessoal dos Farrapos melhor que as pessoas contemporâneas. Sabia tudo acerca do pessoal dos Farrapos. O processo dos Farrapos está publicado num volume da Revista de História do Rio de Janeiro. É uma obra prima de investigação histórica. "A História das Missões Orientais do Uruguai", do Aurélio Porto é uma obra prima de investigação histórica, ninguém fala, mas todos que escrevem sobre as Missões bebem tudo mesmo no Aurélio, eles não falam isso, engraçado, bebem mas não falam nada... Há um rapaz lá na Universidade – Arno Kern – que publicou há pouco um livro sobre as Missões, que ao meu ver, é o melhor livro recente sobre as Missões. É o melhor livro que existe sobre as Missões. Como história e como interpretação. Ele escreve numa linguagem boa, séria etc. Ele não é um grande escritor, ele escreve o português comum. Não se destaca pelo estilo, nem nada, mas é um homem que tem uma cabeça séria. Já sobre a história da República, por exemplo, o livro mais bem escrito do Rio Grande do Sul é o sobre o Júlio de Castilhos, do nosso amigo Sérgio da Costa Franco. Esse é um livro exemplar, ele escreveu tinha vinte e poucos anos. E nós fizemos uma força para esse livro sair publicado, o Moysés andou na Globo, insistiu com o José Bertaso. É o melhor livro sobre o Júlio de Castilhos. O livro de Othelo Rosa é um livro de elogio ao Julio de Castilhos, é um livro fiel, mas o outro é uma obra crítica. Agora, eu considero o Othelo o homem com mais faro histórico do Rio Grande do Sul. Faro, para descobrir o assunto. Ele tinha um faro histórico danado, tinha faro... E foi um homem de uma honestidade pessoal imensa, a honestidade pessoal que se verificava também, em toda a obra dele. O Othelo Rosa era um homem honrado, um homem limpo, um homem de cabeça limpa, era um homem puro... Ele não tinha ambição política, ele tinha presença política. Por exemplo, ele teve várias briguinhas políticas com o Lindolfo Collor, o velho Collor e outros amigos.

O Othelo!... que cidadão honrado! que cidadão limpo, que sujeito decente, que bom amigo, que caráter imaculado! Ao Othelo eu dedico a história do Rio Grande do Sul, a História Literária, a ele e ao Dornelles que me trouxe para cá. Bom, o Othelo eu considero um historiador, foi pena, porque ele não gostava de escrever e falava, falava... Se você convidava o Othelo Rosa para fazer um trabalho sobre Farroupilha, ele dizia: "Qual é o dia", "tal dia". Dia tal ele chegava lá e "pumba" fazia uma conferência maravilhosa sobre aquilo, chegava em casa mas não escrevia!... Othelo Rosa! Maior vocação! O Othelo Rosa sobre os acontecimentos gaúchos tinha um interpretação pessoal. Eu o considero o maior historiador. Agora, o Aurélio Porto, era um gigante para trabalhar, um homem decente. Vou contar uma historinha resumidissimamente. Ele era muito amigo do Oswaldo Aranha. Depois da Revolução de 30, ele disse: "Oswaldo Aranha, meu sonho é escrever um livro sobre o processo de 35". O Oswaldo disse assim: "Vá para o Rio de Janeiro, eu te nomeio" Ele foi para o Rio, comendo o pão que o diabo amassou, ganhando uma miséria, ganhava uma esmola no fim do mês que o Oswaldo mandava dar a ele, pelo gabinete dele. Naquele período todo até 35 ele ficou pesquisando a história dos Farrapos. É uma fonte poderosíssima. Ele era uma vocação de historiador. Não pôde realizar toda a obra, porque quando veio a Revolução de 30 ele já estava cansado. Outro historiador muito sério é o Padre Hafkemayer. Ele escreveu aquela história das Missões, mas é um livro com o objetivo de achar que tudo o que o padre fez era uma maravilha, não é historiador, não é historiador... Ele endeusava tudo o que o padre fazia. Esse rapaz, que já referi – Arno Kern – comete algumas injustiças, ele difere do Moysés em algumas coisas e no fundo concorda com ele. No fundo concorda... O Estado de São Paulo me pediu um artigo de crítica sobre o livro, eu escrevi um palmo e meio, onde elogio muito o livro. Ele foi injusto com o Moysés, porque ele critica o Moysés e acaba dando a mesma interpretação do Moysés. O Moysés pensou muito para escrever aquele livro ... pensou muito... Um outro com boa vocação de historiador, mas que abandonou, não tem escrito muito, é o Sérgio. O Sérgio tem vocação para historiador... Outro historiador de muito valor, era um homem de primeiras letras, não estudou sequer o ginásio, é o Souza Docca. Ele tem uma interpretação sobre a história do Uruguai, a história do Río- Grande do Sul que é primorosa, ele era pouco instruído, mas de uma honestidade proverbial, um homem incapaz de mentir, incapaz de inventar qualquer coisa. Ele verificava tudo o que fazia, era um homem honrado. O historiador tem que ser honrado. O conhecimento deve ser a leitura, a leitura mais atenta do historiador. O documento é uma fonte. À história é muito delicada, uma coisa bem difícil! Agora, o livro que eu queria escrever, desculpe voltar um pouco a mim, que eu queria escrever — e consegui a pau e pedra escrever — é a História Lite-

rária do Rio Grande do Sul, Aquele livro me deu um trabalho descomunal, eu li aquilo tudo. E descobri aquilo tudo, li aquilo tudo, quer dizer, descobri pessoas que nunca haviam sido citadas em parte nenhuma, ô livro que me deu trabalho!! Trabalhei naquele livro dez anos. Dez anos escrevendo, pesquisando. Eu pesquisei a literatura gaúcha desde 1927 até 1956, consegui, terminei de escrever o livro! Eu não conheci João Pinto da Silva. Não tive a honra de conhecê-lo. É um homem sério, homem limpo, escrevia bonito demais, enrodilhado... Retornando à História literária do Rio Grande do Sul esse foi o livro que eu escrevi com mais prazer, sabe por que? Porque eu revelei coisas que ninguém havia revelado. Eu li o Otto Maria Carpeaux. Diz ele assim: "Um livro seriamente científico", olha, para dizer isso de uma obra!... Ele era muito rigoroso, de repente cita um livro do Afrânio Peixoto e diz assim: "Um livro que não precisa ser lido, ao contrário, não deve ser lido". Citou um livro de um outro autor baiano e disse assim: "Um livro que confunde, atrapalha e não devia ser lido". Livro do Afrânio Peixoto que na época era Deus no Brasil, disse assim: "Autor muito simpático, livro que ninguém deve ler". Ele era rigoroso demais...

História do Rio Grande do Sul — Alcides Maya

Eu comecei a cuidar da história do Rio Grande do Sul no momento em que eu vi a importância dela no plano literário. À obra: por exemplo, de Alcides Maya é um trabalho em que a presença do colono, a presença do peão, a presença da estância, a presença do vocabulário crioulo, tudo isso, que constitui a parafernália do regionalismo, acontece nela. À partir da sua obra, eu fiquei "olhando" a história do Rio Grande do Sul com mais respeito. Lembrei-me daquelas palavras que estão no início do livrinho muito modesto chamado "Primeiros Cronistas do Rio Grande", da frase de um historiador espanhol José Maria Pemán em que ele diz que a crônica é a história singela dos fatos históricos, às vezes, mais importantes. Eles nascem da crônica, aquela coisa modesta, aquela coisa simples, aquela coisa singela: "La cronica és la expresión mas sencilla de la historia", mais simples, mais discreta. A ficção, por exemplo, do Rio Grande do Sul está cheia de história, a poesia do Rio Grande do Sul está cheia de história...

A História da História do Brasil e os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul

O livro "A História da História do Brasil", em dois grandes volumes, é da coleção História, da Editora Nacional. Seu autor, José Honório Rodrigues diz que todo o estado devia ter um livro como o meu "Primeiros Cro-

nistas", ele disse: "Em todos estados do Brasil o livro "História dos Primeiros Cronistas" deveria ser obrigatório ", porque o que dizem dos estados nas histórias é uma série de burrices, de besteiras, de invenções. O Rio Grande do Sul então é vítima dos mais arrojados... gaúchos de bota e espora...

Minha Produção e a História do Rio Grande do Sul

Sobre meus livros... São poucos os que eu escrevi. Em Portugal, onde eu lecionei, na época na sessão de Literatura me disse um colega: "que inveja se na minha cadeira houvesse um livro igual o teu, referindo-se ao "Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul". Eu que escrevi esse livro. Traduzi um livro que tinha ficado esquecido. Traduzi o primeiro "*Histoire de la Literature Brasilénne*", é verdadeiramente a primeira história da literatura brasileira, eu me preocupei muito com o assunto. Porque eu pensei muito no alunado gaúcho, mas o alunado gaúcho não deu "bola" para os meus livros na proporção desejável. Não estavam preparados para lê-los. Eles precisavam de um livro primário, então eu escrevi um livro primário para eles sobre o Rio Grande do Sul; editado pela Bloch e Cia. É um livro primário, mas é um livro metodológico, é uma história do Rio Grande do Sul para crianças, e sem besteira, porque a criança é tratada como imbecil mas a criança não é, não é, não está desenvolvida, mas a inteligência dela é normal. Sobre "Os Primeiros Cronistas" eu vou dizer o seguinte: "Os Primeiros Cronistas" é uma síntese viva porque os doutores de diferentes épocas, de diferentes culturas é que os escreveram. Eu fiz o trabalho de pinçar nesses livros, esses livros todos de história, aquilo que me interessava a esclarecer assuntos relativos à história do Rio Grande do Sul. Por exemplo, quando começou realmente a colonização do Rio Grande do Sul? O Rio Grande do Sul não são as Missões, as Missões foram incorporadas ao Rio Grande do Sul, depois da formação do Rio Grande do Sul. A história das Missões é a história da Espanha; a história do Rio Grande do Sul começa em verdade no momento que os primeiros jesuítas portugueses se fixam na costa de Santa Catarina e descem até Porto Alegre e descrevem o primeiro chefe que aqui encontraram, o chefe Ângelo. É um índio que se chamava Ângelo, civilizado pelos jesuítas, coisa que ninguém sabia, e foi revelado pelo padre Serafim Leite ali por volta de 40. Ele [Angelo] morava aqui perto, onde está, mais ou menos, localizado o Aeroporto da VARIG, aproveitava a planície e aproveitava o rio... nos "Primeiros Cronistas" tem isso, eu cito o padre Serafim Leite... cuja História da Companhia de Jesus no Brasil é um livro modelar e que não cita por causa dos prejuízos dos portugueses, "de bota e espora" tem contra Portugal. Eles introduziram a ideia, por exemplo, de que Portugal administrou muito mal a nossa capitania de São Pedro. Ora meu Deus do céu, se houve capitania

bem administrada foi a de São Pedro. Aliás, não são os portugueses que dizem isto, são os brasileiros. Há dias, o Arquivo Histórico publicou um documento. Antes de deixar a administração do Arquivo, o professor Francisco Riopardense de Macedo publicou dois documentos interessantíssimos. O primeiro é uma ordem do governador da capitania sobre como deviam ser administradas as rendas da capitania. É a coisa mais rigorosa que eu conheço. Foi esse e mais um outro. O outro eu não pude ir lá buscar. É impressionante, O capataz devia assentar no livro, por exemplo, da pecuária... a produção mensal das vacas, tantos bezerros, tantas bezerras, era obrigado a lançar a produção do leite, o que se fazia com essa produção de leite. Era obrigado a dar conta de rês a rês que nascia, era obrigado a marcá-la com o sinete real, era obrigado a fazer balanço semestral, mensal, anual e tudo. Era obrigado a dar conta da menor coisa, era um negócio admirável. Eu fui secretário da fazenda, hoje nós não temos uma fiscalização tão enérgica, quanto aquela, os fiscais do governo português eram implacáveis; como é que não administrou bem?!... Tanto administrou bem que as províncias todas enriqueceram-se e prosperaram ao contrário das África; portanto, o mesmo povo português mostrou-se aqui mais enérgico do que lá e obteve resultados melhores. Comparemos a administração da África com a administração do Brasil; são coisas assim que deixam a gente meio triste. À má administração, má em que? Não trouxe para eles um cacho de banana portuguesa, cacho de uva portuguesa?...

Historiadores Sul-rio-grandenses

Cada um trata a História de uma maneira mas eu acho que a maneira melhor de tratar a história do Rio Grande do Sul pode não ser a mais completa, mas muitas vezes ela é exemplar nas suas atitudes; por exemplo, o Souza Docca, em matéria de guerras do Paraguai, questões platinas, é um historiador excelente. Probo, decente, limpo, não inventa, a citação está sempre correta. Souza Docca, não vejo citado por ninguém... Gostava muito do Aurélio Porto. Quando foi ministro da justiça, o Aurélio Porto, na Revolução de Trinta, lá por trinta e cinco, quando das comemorações da Revolução dos Farrapos, naquele período de cinco anos, reuniu o material que existia do Rio Grande, no Rio de Janeiro, inclusive o processo dos farrapos para um álbum comemorativo, que é a melhor coisa que temos. O Oswaldo Aranha chamou-o para trabalhar no gabinete dele e ele dava-lhe folgas suficientes para trabalhar nesta documentação que estava então sob a guarda do Rodolfo Carlos Garcia. O Rodolfo Carlos é um historiador muito probo, muito decente, muito limpo. É um historiador de direita, ele era muito engraçado..."

História do Rio Grande do Sul: a importância da bibliografia

Eu acho que a disciplina de História do Rio Grande do Sul é muito mal lecionada. Porque os nossos primeiros professores por exemplo, em outros estados da federação, nas universidades de hoje é ministrada por autodidatas, poucos têm formação na área de História, e os que têm não honram muito o título. Não têm livros, não têm biblioteca, e a curiosidade que os cerca é uma curiosidade de tipo primária.

O ofício de Historiador

Percorremos os nomes dos historiadores gauchescos e logo os identificamos. O historiador não pode ser "gauchesco". O historiador tem que ser historiador. Ele não pode ser nem sequer "brasileiro", ele tem que ser historiador, a história é uma ciência ... só pode tratá-la bem um homem que tenha da ciência histórica um conhecimento preciso.

Fontes impressas, a pesquisa: Pedro Canga, um exemplo gaúcho

Eu sou um historiador muito preocupado com a fonte impressa. Pesquisei muito sobre a história do Rio Grande do Sul. Eu estava, por exemplo, estudando a poesia popular na época dos Farrapos. Nas pesquisas encontrei um senhor, um homem chamado Pedro Canga. Todos os que tratavam sobre o assunto diziam que ele era analfabeto. Comecei a ler vários documentos acerca dos Farrapos, para ver se podia descobrir a individualidade de Pedro Canga, porque ele me pareceu... não um autor popular, como se dizia, mas um autor que não publicou livros, isso sim, e que dizia versos onde quer que estivesse, porque gostava de poesia. E de pesquisa em pesquisa, eu li todos os manuscritos que me caíram as mãos sobre as figuras farroupilhas e pouco a pouco fui descobrindo o Pedro Canga, Pedro Muniz Fagundes, da família Fagundes, de São Sebastião do Erval. E descubro um coisa singela, mas muito expressiva, ele era um poeta culto. Não era um poeta popular. Um belo dia, lendo com mais atenção aquele poeta do qual restaram apenas algumas estrofes, verifiquei que havia estrofes muito parecidas com as dos poetas portugueses do princípio do século XIX e fim do século XVIOI. Comecei a comparar aqui, comparar lá, tive a sorte de ir a Portugal, comparei os escritos dele com... autores de Portugal. Voltei para o Brasil e descubro essa coisa surpreendente, Pedro Canga falava em séries, em Belona em outros seres mitológicos, falava em autores míticos, quer dizer, ele embebeu o cancioneiro popular gaúcho da mitologia e escreveu alguns poemas realmente admiráveis que um analfabeto não poderia es-

crever de jeito nenhum. Então, eu saí de uma história que criara um Pedro Canga mítico, em busca de um . Pedro Canga verdadeiro. Meti-me ali no Arquivo Histórico e comecei a ver os papéis da época dos farroupilhas, cartas particulares, aquela coisa toda. Fui saber quem era o Pedro Canga, era parente do fulano e do beltrano, que havia casado numa família tal, aquela coisa toda... Bom, o Laudelino Medeiros, professor do curso de História tinha um primo que morava no Erval e que tinha um livro escrito sobre o Pedro Canga, pelo tio dele, então o Laudelino disse: "Olha, tem um sujeito lá que escreveu um livro sobre o Pedro, vamos ver se isso é bom." Eu escrevi para o sujeito, o sujeito teve a bondade de copiar três páginas e me mandar aquelas três páginas do livro considerado lá no interior, uma santidade. Abriu-me um horizonte maluco, quer dizer da fonte oral, por via da escrita, por um curioso da História que escreveu esse livro pelo fato dele ser primo do Pedro Canga. Depois descobri quem era Pedro Canga, 10 sua família etc. O sujeito ficou muito satisfeito, por ter recebido essa correspondência minha, entusiasmou o prefeito lá, e ele publicou o livro "História do Erval" e no fim da história do Erval conta a história de Pedro Canga. Ou seja, com a minha curiosidade provoquei o aparecimento do livro "História do Erval", quer dizer, a função do pesquisador não é só se abastecer, mas também sugerir pesquisas, trabalhos, que é a maneira que a gente tem de descobrir matéria nova, matéria desconhecida, esse livro estava no fundo do baú. Tem muita coisa no papel, guardada nessas estantes... Muita coisa guardada... Aquele livro que eu publiquei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, "Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul", tem vários materiais inéditos, riquíssimos de observações. Agora, como o livrinho é pequeno eu não podia me alargar. Mas em Portugal, eu descobri na Biblioteca de Évora – onde tem uma biblioteca riquíssima – o pessoal de Évora foi o que colonizou o Rio Grande do Sul, antes do açoriano. E descobri, eu tenho rolos e rolos de microfilme, sobre a história de Évora, história popular. Para a história do Rio Grande do Sul, considero esse material muito importante. É muito valiosa. Naquele livrinho mesmo, "História do Rio Grande do Sul, período colonial", aparece uma porção de coisas...

O pesquisador do Rio Grande do Sul em Portugal

Eu comecei como um aprendiz de escrita no colégio. Então, encontrava o documento daquela época lia, achava o endereço copiava, homem ou mulher. Minha mulher e eu trabalhamos em 62, e quando estourou a revolução, nós estávamos mergulhados na história do Rio Grande do Sul na Biblioteca de Évora, quinze dias. Às sete horas nós estávamos na porta da biblioteca, o rapaz abria a biblioteca para nós, saíamos às sete horas para

jantar, copiando documentos, copiando documentos... Toda a documentação baseada na oralidade. Depois que eu voltei para o Brasil, eu falei assim: "Esse material é muito extenso, então, publicar esse material, extenso como ele é, vai levar anos, eu vou dar uma amostra", Aí dei aquela amostra, daquele material. Publicadas as coisas principais que estão naquele livro, daria uma obra interessantíssima... 12 O momento que vivo Eu estou cego, eu sou cego, não leio mais e não tenho secretário. Essa biblioteca foi me cegando, me cegando lentamente e eu não percebi... quando percebi estava cego, essa minha curiosidade pelo Rio Grande do Sul apressou a minha cegueira. Aqui existe um livro... "Sepúlveda Revelado", Sepúlveda era o José Marcelino de Figueiredo, que trouxe a capital de Viamão para cá...

José Marcelino de Figueiredo ou...

O livro "Borba Patenteado: Sepúlveda Revelado", é um livro fundamental para a história de Porto Alegre e para colonização do Rio Grande do Sul e só se encontra na minha casa, mais ninguém tem. É uma coisa esquisita, comprei na Europa, vi o anúncio no jornal, mandei buscar por telegrama. Na Europa eu tenho um livreiro que me manda por telegrama. Eu peço por telegrama mando o dinheiro depois. É a vida do José Marcelino de Figueiredo, ou Manuel Gomes de Sepúlveda. Eu trouxe comigo dentro da minha mala de viagem. Então, estou com oitenta e três anos de idade nunca tinha visto esse livro. Foi escrito por um grupo de amigos dele. Ele era oficial do exército português e estava com os amigos numa reunião, em que deveria haver muito vinho. Borba brigou com um oficial do exército inglês e o matou, porque o oficial inglês resolveu injuriar Portugal e o Rei. Dom João não podia brigar com a Espanha, nem com a Inglaterra, então mudou-lhe o nome para José Marcelino de Figueiredo, baixou uma patente e o enviou para o Brasil. Mandou-o governar a Província de São Pedro... Falava simplesmente oito línguas, transformou Porto Alegre em uma metrópole, dava recepções às sextas-feiras. Ensinou o pessoal a dançar, os viajantes estrangeiros acorreram à Porto Alegre para ver a administração dele, transferiu a capital de Viamão para cá. É, isso é uma história complicada. Mais tarde, ele regressou à Portugal. Dom João VI era padrinho dele, padrinho de batismo, já estava em Portugal e Borba chefiou as primeiras legiões portuguesas que expulsaram os franceses de Portugal. Lá, ele foi um homem eminente, recebeu títulos. Chama-se Duque de Saldanha uma das mais belas avenidas de Portugal. Lá em cima na Avenida da Liberdade está um homem, um sujeito montado em um cavalo. É o Saldanha. Duque de Saldanha... Foi o chefe político de maior prestígio em Portugal, no século XIX. E certa vez, no Parlamento ele dizia: "Ah, se estivesse nas planícies do sul, montado nos

meus cavalos ou nos bailes!" E,... sentia saudades daqueles homens, daqueles animais que pareciam conversar com ele. Era um apaixonado pela vida gaúcha. Bom, isso é outra coisa. Isto é para mostrar um exemplo, mal estudado, mas é só um homem que procurou a verdade histórica.

O contrabando e os homens sérios

No dia do lançamento do meu livro "O contrabando no sul do Brasil" chegou um sujeito todo vestido à gaúcha. Eu estava dando autógrafos na Praça da Alfândega e ele disse: "O senhor escreveu um livro sobre o contrabando no sul do Brasil, não é?" Falei: "Sim". "Eu quero saber uma coisa..." quando ele falou, pensei: "Vou morrer agora!" Ele disse assim: "O senhor trata aí do meu pai?" Eu falei: "Não sei, porque não sei o nome de seu pai." Ele disse: "Chama-se Fulano de Tal de Oliveira", e eu falei: "Ah bem, não conheço, não sei quem é", ele disse: "Ah! que pena, mas em todo o caso eu vou comprar o livro... em todo o caso eu vou comprar o livro". "É pena que o senhor não tratasse dele porque ele foi o contrabandista mais sério, mais violento, mas também honesto"! Eu pensei que ele fosse me dar um tiro e ele queria um elogio para o pai dele...

A literatura, seu entendimento e ensino

Eu lecionei história da literatura. Mas foi uma história da literatura em nível universitário, não essas..., pois ensina-se literatura brasileira o que é diferente de história da literatura. Se lecionam literatura, têm que ensinar a técnica do romance, analisar a história da literatura. Então, os "bestinhas" sabem um pouco e dizem: "vamos estudar hoje Afonso Arinos. Afonso Arinos nasceu em Paracatu, em Minas Gerais, em 1804 e escreveu um romance chamado...", isso não é acadêmico de literatura, o conto no Brasil, o grande criador do conto no Brasil foi Afonso Arinos, então vamos estudar a criação e evolução do conto, é diferente... Literatura aqui é: "Leia esse livro, depois debate assim: a heroína é uma heroína mesmo ou é uma mulher vulgar..." referindo-se a Capitu, de Machado de Assis [e apontando para sua biblioteca]: aquele lado da esquerda ali da minha livraria é todo machadiano. Eu tenho a melhor machadiana do sul do Brasil. É a melhor machadiana...Os livros mais raros do Machado, eu sou louco por ele. Bom, de modo que o ensino de história daqui é compreendido da maneira episódica ou narrativa, não há uma interpretação histórica, há uma interpretação factual, do fato. Ora, a interpretação do factual nem sempre interessa para o fundamento histórico. É essencial porque a história é fato, mas a interpretação factual não chega nem dos livros de história dos gaúchos.

Da Literatura à História

Depois aparece um livro fantástico sobre o Rio Grande do Sul é a "História da Grande Revolução", do Alfredo Varella. É um livro em seis volumes onde não há uma mentira, é tudo baseado em documentos. Ele sofreu muitas críticas, porque ele escreve num estilo ilegível. O livro dele é difícil de ler, é apaixonado. É um livro injusto muitas vezes, ele não é um homem moralmente equilibrado. Um historiador tem que ser um homem absolutamente equilibrado, em relação ao julgamento que ele faz das coisas. Quero dizer que moralmente equilibrado é no sentido de não poder se apresentar como um "Zé Banana" qualquer. Sem dignidade pessoal nenhuma, sem vivência histórica, sem vivência moral, sem responsabilidade, escreve uma história do Rio Grande do Sul, mas não dá nada..., o homem tem que ser homem para escrever um livro de história tem que ser um homem. São muito bem documentados, os livros dele, do ponto de vista documental são irrepreensíveis, Ele não mentia não. O Aurélio Porto também não. O Souza Docca é um historiador de grande merecimento, tinha pouca cultura, mas com essa pouquíssima cultura geral que ele tinha ele era de uma probidade exemplar. Que salva o historiador, O Souza Docca é um historiador de um grande merecimento moral, os livros dele são excelentes do ponto de vista da verdade histórica. Othelo Rosa, maior vocação de historiador que nós tivemos. Mas infelizmente a obra dele foi pequena porque ele foi político, trabalhou muito em Palácio. Para viver teve que ser tabelião que é uma coisa trabalhosa demais. O Othelo Rosa tinha um instinto de historiador, um instinto fora do comum, e probidade. .Ele não fazia concessão. Era muito severo. O Manoelito de Ornellas se tivesse estudado história, teria produzido coisa melhor. Gaúchos e Beduínos é um livro bom, bonito, bem escrito, mas falta alguma coisa... Mas é legível, recrutou muitos admiradores. Ele descrevia muito bem. Agora, o príncipe dos nossos historiadores chama-se Moysés Vellinho. Em primeiro lugar é um dos maiores escritores da língua portuguesa. Dizia- me o Miguel Torga que é sem dúvida nenhuma o maior escritor vivo que os portugueses já tiveram, "Aquele senhor Moysés Vellinho é um mestre das bibliotecas brasileiras". O romancista mais importante hoje de Portugal afirma isso de Moysés. Quem levou o livro para ele fui eu. Entreguei o livro à ele, "Fronteira", ele olhou o livro, me disse: "Esse rapaz é meio louco, meio... vai escrever bem na puta que me pariu... Era "Fronteira". Vai escrever bem no inferno... considerava Moysés um dos maiores historiadores da língua portuguesa. O livro do Moysés Vellinho não tem um senão a não ser os meus prefácios eu tenho quatro livros prontos para... O Sérgio da Costa Franco é um sujeito que pensa muito bem, escreve muito bem. É um homem que pensa, pensa realmente, O primeiro livro dele, tem um livrinho sobre Porto Alegre. É um livrozinho pequeno mas é exemplar.

É livro de historiador. É, o Moysés tem um número incrível de inimigos na Universidade, porque os nossos professores daqui são partidários das Missões, É, partidários das Missões espanholas. Achar que aquilo é História do Brasil; aquilo é história da República Argentina. Não é História do Brasil aquilo, nós fomos lá e ... brigamos, foram obrigados a atacar, nós fomos lá brigamos com eles e tomamos a terra deles. Não negamos isso. O brasileiro não nega que incorporou as Missões ao Brasil...

Literatura do Rio Grande do Sul e outros assuntos

Como um especialista que eu sou em... literatura do Rio Grande do Sul, acho que ninguém conhece a literatura como eu, isto não é vaidade, eu conheço, mesmo! Eu conheço e escrevi tudo sobre a história do Rio Grande do Sul, a história literária. Eu revelei autores que eram absolutamente desconhecidos... Livros os quais se dizia que não existiam, eu fui à biblioteca do Rio de Janeiro, à biblioteca de Rio Grande, a Biblioteca do Gabinete Português de Leitura, ao Gabinete do Palácio do Petrópolis, eu fui à biblioteca de São João Del' Rei, ainda era vivo meu colega Tancredo Neves, eu fui à biblioteca de Belo Horizonte, à biblioteca de Ouro Preto, à biblioteca de Lisboa, à biblioteca de Évora, à biblioteca do Porto, à biblioteca... meu Deus do céu, quantas bibliotecas!... Aqui no sul eu conheço todas as bibliotecas, todas as principais... Qorpo Santo. Ele é Qorpo Santo por teimosia minha, toda a obra dele é conhecida, a obra teatral, há ainda muita coisa para publicar do Qorpo Santo... Como eu fui criticado por ter publicado na Universidade a obra do Qorpo Santo! Hoje, ele está na literatura italiana, na "História de la Literatura Brasiliana", obra da minha colega de Roma, que leciona História Literária na Universidade de Roma. Ela escreveu uma história da literatura brasileira dedicada ao Qorpo Santo, oito páginas e ao Machado de Assis, página e meia. E era um desconhecido!... A sorte foi a de encontrar um amigo que havia lido, eu não tinha lido ainda, e ele me disse: "Lê". Pois é, mas todo mundo me diz que o homem é louco e tal... "Leia, eu lhe arranjo um livro emprestado", repetiu. Teve a bondade de me arranjar, foi o Damasceno Ferreira e aí eu descobri esse sujeito que hoje faz parte da biblioteca do teatro brasileiro. E que é nome de sala na Universidade. Eu-não tenho nada com isso, não sei quem pôs aquele nome, não sei quem manda... Sobre a história colonial do Rio Grande do Sul, só Évora me deu um trabalho infernal! Eu cheguei lá, fui à biblioteca de Évora, que é uma maravilha e disse assim: "Eu quero alguma coisa sobre o Rio Grande do Sul". O sujeito que toma conta daquilo conhece todos os manuscritos, disse assim: "De que autor o senhor precisa?", "Eu preciso de alguém que trate de José Marcelino de Figueiredo", "Temos várias coisas". E foi lá dentro, trouxe um encarte limpinho, arru-

madinho, não se notava um grão de poeira, botou na minha frente: "Faça o obséquio de assinar aqui." É assim: consultado por Guilhermino César, da Universidade do Rio Grande do Sul. Até quem consulta os livros estava lá. Quer dizer, o 15 cuidado que eles têm na preservação daquilo! Aqui, se vai à escola e se diz: "Gostaria de ver o primeiro livro de matrícula da Faculdade de Filosofia", "Ah, eu não sei se isso tem aqui, se há aqui..." Ninguém sabe da existência desse livro. Quer dizer, a História aqui não é preservada, esse é o problema, problema grave, não é preservada. À Faculdade de Medicina tem uma boa coleção. Tem um médico aí, apaixonado por história, que tem cuidado daquilo, Dr. Letti. Nicanor Letti. Eu precisei outro dia saber um dado sobre um sujeito, que seria formado possivelmente em Medicina,, aqui, telefonei para o Letti de manhã, de tarde ele me deu a resposta. Eu queria saber se o sujeito se formou em 1910, e ele me respondeu de tarde...

Os Desejos de Pesquisa

No momento tenho feito trabalhos pequenos que possam ser mais ou menos originais, trazer alguma contribuição e que não me dê muito trabalho, porque são quase todas ditadas. Porque eu não estou podendo escrever. Eu estou escrevendo as duas coisas — literatura e história. Ainda ontem andei correndo o olho aí num trabalho que eu escrevi e mandei para Portugal. Trabalhos pequenos, assim, dez, vinte páginas. Coisas pequenas. Mas pretendo ainda encontrar um secretário capaz de me ajudar nesse particular, é muito delicado. Irrita-me muito eu ditar e o sujeito escrever errado, omitir uma data, escrever um nome errado, eu fico com vontade de morrer... Agora, se eu tivesse que escrever outro livro, eu escreveria sobre a literatura gaúcha, sobre a literatura rio grandense em geral. Um tema que justamente me seduz muito é a oralidade da literatura gaúcha. Eu escrevi agora um trabalho. Escrevi, sentei assim na máquina quando eu estava... foi uma das últimas coisas que eu redigi, mandei para o Afrânio Coutinho, que estava me exigindo um artigo, me exigindo, quase me xingando, passava telegrama, então resolvi... escrevi e mandei para ele, não sei se vai sair, escrevi muito rápido. Eu gostaria de escrever a História do Rio Grande do Sul, a História Literária do Rio Grande do Sul até nosso dias. Eu teria vontade de escrever até os nossos dias, porque eu parei em determinada época, eu gostaria de escrever sessenta e dois, sessenta e seis, até hoje, que anda com muita confusão... Autores novos, ignorantes, analfabetos, não são escritores. O Rio Grande do Sul tem uns autores teatrais que eu estou aguardando para escrever sobre eles, uns três ou quatro, muito bons, muito bons! O teatro no Rio Grande do Sul, não foi estudado ainda com o capricho que merece. Eu, um dia, estava mexendo na Biblioteca do Rio Grande do Sul, é

uma miscelânea lá, eu encontro uma peça de teatro, fiquei quase louco! É uma peça escrita ali por volta de mil oitocentos e oitenta e poucos, é puro Pirandello, autor moderno, puro Pirandello... É uma coisa impressionante e está impresso. Ninguém falou nada, eu falei, mas ninguém deu importância, eu gostaria de fazer uma ediçãozinha dali, talvez faça... Queria fazer, está quase pronta, uma história civil e fazer uma história econômica que está quase pronta também. Eu queria pegar o século XIX e tomar conta do século XIX. Não ficar preocupado em escrever muitos livros. À história literária do século XIX, bem ou mal, está pronta. A História Literária está pronta, a História Literária do Rio Grande do Sul, a história econômica está pronta. Depois fazer, talvez, uma história dos costumes, aproveitando o material, usado nas outras coisas, seria o meu ideal, só que não adianta... Eu tenho "La vie cotidiane", durante o tempo da Maria Antonieta, a vida cotidiana... Ainda ontem eu estava falando sobre um sujeito que escreveu coisas curiosíssimas no século XVIII e agora está sendo reeditado, Restiff De La Bretonne. Ele dormia ao meio dia, dormia até a seis da tarde, escrevia até meia noite, a meia noite ele saia, ficava até as seis horas da manhã na rua, depois voltava em casa ia dormir até o meio dia... Viveu assim sessenta anos. Assistiu ao processo inteirinho instaurado pelos revolucionários contra Maria Antonieta, assistiu a todas as sessões. É um escritor prodigioso, ainda ontem falei dele, era um sujeito sobre o qual eu gostaria de escrever alguma coisa também. É um homem curiosíssimo. É pena que a gente tenha uma vida só. Quando a gente está dominando um assunto, está na hora de enterrar o sujeito...

Obras e autores de minha biblioteca

Tenho Mário de Andrade todinho, aquelas coisas originais dele, inclusive a "Paulicéia Desvairada". Tenho os primeiros livros do Drumond. Todos os livros do Manoel Bandeira, todos os livros dos autores brasileiros importantes. Eu sugeri esse livro [referindo-se ao livro publicado pela Riocell] em mil novecentos e setenta e poucos, quando escrevi um livro "O Contrabando no Rio Grande do Sul". Ele é ilustrado com fotografias de fazendas antigas. São fazendas antigas. Eu sugeri ao Streliaev, aquele rapaz fotógrafo para fazer isso, mas ele não fez. Ele tem o gosto... É um bom fotógrafo, podia fazer uma coleção linda. Era um livro que tinha que fazer o seguinte: pegar, por exemplo, a fotografia de uma estância, da cumieira, de madeira de lei, chão socado, chão socado, lajes de pedra, aí está madeira de lei, pedra, cimento, ponto, já é de outro período. Classificar pelos materiais.. É, classificar pelos materiais. Isso vai se perdendo. É uma pena, são espécies belíssimas. Naquele livro "O Contrabando", tem uma fazenda no município

de São Borja, dá vontade de comer..., é uma coisa tão bonita que dá vontade de comer, está perdido aí, é uma pena...

A organização do material

Eu tenho fichas para tudo. Fichas de endereços, de pessoas correspondentes, quando eu escrevo não preciso estar procurando, está tudo ali. Se alguém me escreve uma carta, antes de responder, eu faço a ficha, porque na hora da correspondência se eu perco o envelope já está anotado. E tenho livros pequenos para Portugal, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro, tenho vários livrinhos. Endereços de pessoas amigas, instituições, livrarias, organizações, À gente que pretende escrever obras tem que ter organização, porque é muito trabalhoso. Eu pego uma carta, a primeira coisa que eu faço, abro a carta corto o envelope, deixo o endereço, se estou com muita pressa pego goma, ponho numa folha e guardo. Um belo dia, quando estou com mais folga, eu faço um índice, faço o título e ponho no índice. É a organização do trabalho. Agora, com essa cegueira, quase total, eu leio pouco, pouco com essa cegueira quase total, eu já estou abandonando, eu digo assim, eu estou com oitenta e dois anos, vivendo muito, vou até oitenta e cinco, oitenta e seis, agora quem quiser que continue. Trabalhei muito, meu primeiro livro... Eu nasci em 1908 e o meu primeiro livro é de vinte oito. "Meia Pataca". 1928, eu tinha vinte anos, chega, não é? chega de incomodar a humanidade inteira. Eu digo assim: da minha parte não vai provocação nenhuma pelo correio, para ninguém, já provoquei demais a humanidade.

Nos caminhos da vida

Eu tinha terminado o meu segundo curso de Direito, na Faculdade de Direito, mais tarde foram fundar a Faculdade de Ciência e Letras... Fui o segundo diretor da Faculdade do Estado e fui professor de História contemporânea e de Literatura. Bom, eu fui lá no Rio e procurei o governador Prestes que era um sábio em matéria de Brasil, ele era um sábio. E perguntei para ele: "Eu escrevi um livro". Petulância, não? Petulância, ô petulância!!... Como era bom ser petulante naquela época!... A petulância nos jovens é um estímulo. Mas eu escrevi um livro sobre a colonização da zona florestal da qual eu sou oriundo. O livro acabou não sendo escrito. Ainda não publiquei, porque nunca me satisfaz, está sempre faltando alguma coisa. Já tinha lido todos os livros de outros historiadores europeus que haviam penetrado no sertão mineiro quer dizer, fronteira do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Bahia... descreveram viagens ao rio Doce, viagem a isso, viagem aquilo. Então perguntei ao velho: "Escute, eu estou escrevendo um livro sobre a co-

lonização de Minas numa operação de refluxo". Minas foi colonizada pelos homens do litoral que descobriram o ouro, depois o ouro ficou barato, a mineração ficou muito cara, Houve a decadência da mina e o mineiro, em vez de continuar pesquisando o ouro tornou-se lavrador, campeador, dono de fazenda, de currais, ao longo do rio São Francisco. É a mais bela saga da colonização brasileira pois não teve o auxílio de ninguém, foi um impulso pela necessidade de terra... "Eu queria saber qual é a melhor fonte documental que o senhor tem aqui?" Ele estava então dirigindo a Biblioteca Nacional onde há uma porção de coisa de história de muito valor, estava dirigindo o Arquivo de um Estado, quando ele se tornou diretor; ele me disse assim: "Você quer a documentação subindo o rio Doce ou descendo o rio Doce". Que bandido!... é como se ele dissesse assim: "O senhor quer a documentação subindo o rio Guaíba ou descendo o rio Guaíba." Ele conhecia a história tão bem que ele separava a documentação descendo o rio e a outra... subindo... descendo... Eu achei uma graça ... então eu disse: "Com essa técnica, eu sou muito jovem, o senhor está querendo me desanimar"...

Vida pública

Não desanimei porque logo depois eu entrei num trabalho bravíssimo, bravíssimo, fui secretário do Drumond, fui secretário do Honorio Casasanta, Gustavo Capanema. E, o serviço público me "chupou" metade do vigor e eu exerci o serviço público honestamente. Durante nove anos eu fui secretário, em Minas, do Ernesto Dornelles. Quando ele foi nomeado governador, ele me trouxe para cá e, modéstia à parte, durante o governo dele eu exerci uma ação muito eficiente. Modéstia à parte... Foram anos de muito trabalho depois, quando eu havia me dado conta já havia fundado a Faculdade de Letras, com outros amigos gaúchos.

Onde moro

É uma beleza aqui!... Tem paisagem aqui, ali, acolá, em toda a casa. De manhã, quando o sol surge lá embaixo é uma maravilha!... A manhã é linda, a tarde é muito bonita, do lado de lá também, avista-se todo o Guaíba. Eu estava... eu tinha cometido uma loucura, um ato de loucura, eu tenho aqui todo o prédio, a frente, quer dizer, no fundo são dois apartamentos, eu aluguei um e botei toda a biblioteca lá, toda. Um belo dia, depois de seis anos morando lá, eu já tinha o apartamento com biblioteca, a proprietária pede o meu apartamento, não podem saber o que isso representou na minha vida!... Representou muito, estava tudo organizado lá direitinho, índice, as obras, tudo, tive que trazer tudo para cá. Já imaginaram isso? Eu fiquei três

meses, eu e um preto que trabalhava aí e que é um homem admirável, ele terminava o horário dele de manhã, às seis horas, ele vinha aqui para cima, eu dava uma xícara de café para ele, já tinha tomado o meu café, já estava no meu trabalho, ele me ajudava até meio dia, todos os dias, levamos oito meses arrumando a Biblioteca. Nossa Senhora! como eu estava... Oito meses, livro por livro!... Bom, sobraram livros que eu não precisava mais, livros que não me interessavam, sobraram três mil e quinhentos, era um negócio assim... Aí eu chamei um rapaz que gostava de livro, e que tinha uma livraria em princípio e dei tudo para ele, ele dizia que são quatro mil. É o da Papyrus. Dei para ele. Não cobrei um tostão. É um desaforo... Eu chamei o Manuel Martins, que é meu amigo e morreu, comprei uma infinidade de livros dele. E falei, "Escuta Manuel, isso aqui, grande parte disso veio da sua ... quanto você me dá por essa livraria toda, [a parte que eu dei para o rapaz] quanto vale essa livraria?", "ah, eu pago cem mil réis". Sabe que é uma ofensa!! Eu fechei a boca, ele estava sentado, continuou sentado, olhou, olhou, olhou, "e então, o que o senhor resolve?", digo: "Resolve o que?", "a minha oferta", eu falei: "Você está falando sério ou está brincando comigo? Cem mil réis por três mil e quinhentos volumes?" Conversei com ele mais um momento, e ele disse: "Bem, então o senhor não vende por cem mil réis", digo: "Oh, Manuel, você acha que eu estou precisando de cem mil réis? "Vai-te embora rapaz, vai porque está perdendo tempo", é desaforo, não é? Cem mil réis... Não ... A Aurora seria capaz de me oferecer quinze mil réis... Os dois eram analfabetos, eu morava ali perto, eu ia todo o dia à livraria dele, não entrava um livro lá que eles não me mostrassem. "Doutor o que o senhor acha desse livro?" Eu dizia: "Olha, eu tenho o livro, eu não dou o meu por trinta, não dou o meu por cem". Eu fui uma espécie de pai deles, eles não sabem de um livro, eles não conheciam um livro gaúcho. Eu fui orientando, orientando, durante uns dez anos, uma espécie de pai deles, cem mil réis, está?...

Porto Alegre, 20 de maio de 1991

Câmara Municipal de Pôrto Alegre

Nº 491/170 Porto Alegre, 19 de novembro de 1970.

Senhor Professor:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar-lhe que, no dia 25 de novembro fluente, às 14h 30min, será realizada a sessão solene em que lhe será entregue o título de "Cidadão de Pôrto Alegre".

Envio, em anexo, cópia da Exposição de Motivos e da Lei que deram origem a esta merecida homenagem a pessoa que tão alto elevou o nome de Pôrto Alegre.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência a certeza de minha elevada estima e distinta consideração.

(José Aloísio Filho)
Presidente

A Sua Excelência o Sr. Prof. Guilhermino César.

O CONTRABANDO NO SUL DO BRASIL, DE GUILHERMINO CESAR

Profa. Dra. Léa Masina

Antes de iniciar a minha participação neste encontro promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, quero agradecer o honroso convite que me foi feito por intermédio do Professor Pedro Câncio, com quem tive a satisfação de conviver durante os anos em que atuamos como professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço ao Presidente deste Instituto, Professor Doutor Miguel Espírito Santo, pela honra de participar desta homenagem.

O que torna tão especial este convite é partilhar o reconhecimento do vínculo de afeto e admiração que, desde cedo, me uniu a Guilhermino Cesar, de quem fui aluna no Instituto de Letras e que se tornou meu Orientador e amigo. Convivi com ele mesmo após sua aposentadoria, frequentando sua casa e biblioteca e lendo em voz alta seus poemas preferidos quando, por questão de saúde, ele já não mais podia fazê-lo. Sempre fui recebida com carinho por ele e sua esposa, dona Vanda, lembrados até hoje com saudade. Nesses encontros repetidos, aprendi a ler poemas com a inflexão exigida pela palavra poética, ouvindo cada som e cada sílaba, no seu ímpeto de significar.

Ao reler, para este encontro, "O contrabando no sul do Brasil", que Guilhermino publicou em 1978, retomei, com prazer, um diálogo interrompido. E reencontrei na prosa do Mestre, elegante e correta, aquela mesma disposição de partilhar com alunos e leitores suas reflexões de natureza histórica, cuja complexidade é simplificada pela clareza da narrativa. As obras de referência consultadas e seu material de pesquisa adquirem a leveza e a simplicidade que lhes empresta o cronista no afã de comunicar-se. E ele o faz com a espontaneidade de quem fala ou conversa, pauteando a seriedade do relato e o rigor da pesquisa com a linguagem coloquial e simples de quem se propõe a ser lido e compreendido.

O livro inicia com uma frase de Tristão de Athayde, proveniente de texto publicado no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1976:

O contrabando, como a guerrilha, embora em um nível moral infinitamente inferior, representa certa atividade lúdica, que beira com a própria poesia, pois traduz, de modo canhestro, essa misteriosa presença da criança no adulto, que todos nós carregamos ao longo da vida.

À primeira vista, a epígrafe parece minimizar o caráter predador e daninho do contrabando, considerado um delito comum às regiões de fronteiras. *Atividade lúdica beirando com a própria poesia, e traduzindo a presença*

da criança no adulto talvez seja uma "licença poética" exagerada que conduz o leitor a indagar sobre a natureza do livro. Mas ao encerrar a leitura do volume, conclui-se que o autor, com a seriedade e a competência habituais, reconstitui a história do contrabando no sul do Brasil, perseguindo o objeto desde os primórdios do Rio Grande do Sul, quando a campanha gaúcha ainda era habitada por indígenas. O contrabando é descrito como fator constante no processo de formação da sociedade sul-rio-grandense, prolongando-se até as primeiras décadas do século XX.

Fundamentado em registros históricos confiáveis, Guilhermino Cesar examina o contrabando na dupla ótica dos colonizadores europeus e dos habitantes das terras do sul. Para tanto, expõe as relações de subordinação da região sul às metrópoles europeias e seus representantes locais; então, examina as transformações políticas que repercutem nas colônias sob o ponto de vista econômico e social, tais como tratados políticos e acordos entre as nações colonizadoras. E prossegue, elegendo questões e circunstâncias que exigem um olhar acurado dos aspectos econômico e social, como por exemplo o contrabando de negros escravizados, o contrabando nas guerras fronteiriças e nas revoluções internas, enfim, nas relações com os vizinhos do Prata. Reserva capítulos finais para o século XX, a pecuária e os anos 30.

Embora sempre baseada em pesquisa e documentação histórica, com a consulta sistemática a historiadores brasileiros e platinos, a narrativa deixa ler o ponto de vista do narrador que amplia suas lentes para ver além da descrição de fatos. Com sua visão humanista, Guilhermino Cesar permite ao leitor perceber o contrabando em sua natureza endêmica, expondo, ao mesmo tempo, outros ângulos que não apenas o caráter daninho e prejudicial de lesa-pátria. Mesmo sem afirmar, o autor dá a entender que é possível pensá-lo também como fator de sobrevivência social das antigas colônias, sobretudo das populações fronteiriças. Diz ele, na nota preliminar ao primeiro capítulo:

> O sistema de colonização adotado na América do Sul, antes da Independência, ignorou as relações de comércio entre as respectivas possessões. O monopólio de Estado, exercido pelas coroas ibéricas, ultrapassou a medida do senso comum; impediu o crescimento mais rápido da civilização nestas longínquas terras, submeteu a cidade e o campo a privações desnecessárias, criou um espírito de revolta que veio mais tarde a refletir-se em toda a estrutura social no Novo Mundo. Curiosamente, porém, em algumas zonas, o contrabando foi tolerado pelas próprias autoridades coloniais. Compreenderam, as mais esclarecidas, a importância

> de tal intercâmbio, ainda que irregular, como instrumento de retificação de um dirigismo econômico desligado da realidade. (p.9)

Citando autores do seu tempo, Guilhermino desenvolve os capítulos iniciais examinando o regime de monopólio comercial dos países europeus que isolava a colônia, vedando-lhe o conhecimento e o contato com outros povos. E mostra que o sul do Brasil pouco se relacionava com a metrópole colonizadora e, mesmo, com a região do Prata. Não obstante, desta se aproximava na prática da vida diária, tornada possível pela mobilidade proporcionada pela ampla e indistinta fronteira do sul. O gado originou o tipo de economia da região, inicialmente predatória, mas que possibilitou criar um intercâmbio comercial tanto com o Norte do país quando com o sul platino. E, do ponto de vista econômico, a Banda Oriental ofereceu aos pioneiros gaúchos uma "espécie de abertura" para o resto do mundo. O autor destaca também os conflitos originados pela interferência dos países colonizadores que desejavam acabar com a indistinção política que dominava a campanha. O objeto de cobiça era o boi com seus derivados. E as tentativas de impedir essa prática específica variavam à medida em que se alternavam os países ibéricos no domínio do sul do continente.

Leiamos o Mestre:

> Se o monopólio obscurantista, então instituído por Lisboa e Madrid, teve poderes para barrar as transações diretas, efetuadas por platinos e brasileiros com outros povos, não logrou, todavia, impedir que os sul-americanos em geral praticassem à sombra dele, um volumoso contrabando. (p.15)]

Guilhermino Cesar prossegue examinando a criação de cidades- entrepostos, centros onde o contrabando se desenvolvia com ou sem a aquiescência das autoridades. Refere acordos e tratados entre Portugal e Espanha e acentua a cobiça dos colonizadores pelas riquezas coloniais; sobretudo, sublinha a visão mercantilista do europeu que superava qualquer compromisso de natureza ética.

Um dos capítulos chocantes do livro é "O contrabando de escravos e o tratado de Madrid (1750)", que inicia com a seguinte frase:

> Nem o contrabando de víveres ou de tecidos, nem o de gado, nem o de prata e ouro foram por aqui mais rendosos do que o de carne humana. (p.19)

Numa época que até mesmo a Companhia de Jesus, que pugnava

pela total liberdade do índio, aceitava a escravidão dos negros, importando-os para suas fazendas, os agentes negreiros abasteciam o Golfão do Prata, de onde contrabandeavam os escravizados para mercados secundários, como Chile, Bolívia, Paraguai, sul do Mato Grosso, etc. Assim, em meados do século XVIII, a prática se ampliara intensamente, incluindo, além dos países platinos, o nascente mercado rio-grandense. Segundo Guilhermino Cesar, "contrabando" é a palavra recorrente nos documentos oficiais da época. E, citando Capistrano de Abreu, ele conclui o capítulo dizendo que o contrabando,

> contrariando a orientação monopolista da Coroa espanhola, mas respondendo a instantes necessidades teve um poder ofensivo de tal ordem, interessou a tantas pessoas e instituições, que ajudou, em verdade, a derrubar o colonialismo na América do Sul.(p. 28)

Então, à medida em que a leitura avança, o leitor se informa de que o contrabando resultou mais útil a Portugal do que a Espanha porque, ao intensificar-se em meio às disputas fronteiriças, contribuiu para consolidar os limites do que hoje constitui o estado do Rio Grande do Sul. Para além disso, no que concerne à nacionalidade, um capítulo do livro destina-se a mostrar, de modo inequívoco, como o contrabando contribuiu para burlar o imperialismo inglês. Mas...

> Do monopólio à liberdade de comércio, fervente aspiração da economia liberal, os caminhos foram não raro longos e tortuosos. (p.28).

Esses caminhos foram ditados, sim, pela natureza monopolizadora dos colonizadores europeus. Para além disso, a instabilidade política, que levava os países ibéricos a assinar tratados e estabelecer acordos conforme soprassem os ventos europeus, alterando domínios e circunstâncias, fez com que o contrabando sobrevivesse, contando ou não com a aquiescência das autoridades locais.

No capítulo denominado "Contrabando e Colonização", Guilhermino comenta que a Colônia de Sacramento, ainda sob o jugo português, transformara-se em *um reduto militar e um ninho de contrabandistas a serviço da Coroa*. (p.29). De fato, como se lê em diversos capítulos, grandes historiadores referidos reconhecem que a persistência do contrabando no sul do Brasil decorreu, em grande parte, da conivência do poder. No tocante à intensidade, antigas fontes históricas citadas pelo autor, chegam mesmo a afirmar que a riqueza de Portugal provinha muito mais do contrabando de homens

e de gado do que das decantadas minas de ouro que mais contribuíram para justificá-lo. Pois a descoberta e a exploração de ouro em Minas Gerais, em fins de XVIII, despertou o capitalismo europeu para a exploração econômica do sul, rico em gado, cavalos, mulas e proteínas baratas.

Ao leitor de hoje, chama atenção a lucidez com que Guilhermino Cesar estabelece a relação entre o monopólio estatal europeu e o contrabando. Isso porque deste se valeram não só aventureiros particulares, mas a própria governança colonial. Quando começa o Rio Grande do Sul português, com Silva Paes em 1737, a campanha era terra-de-ninguém, com indígenas, colonos platinos e brasileiros a vagar pelas coxilhas, infiltrando-se onde o interesse os chamasse. O Rio Grande de São Pedro, entregue à própria sorte, gravitou intensamente em torno da bacia platina.

A continuidade da disputa entre Portugal e Espanha, contudo, não impedia que aqui se formasse uma ***mescla social cimentada pelo lucro ilícito.*** Os anos de ocupação espanhola, extinta em 1776, deixaram ressentimentos na alma gaúcha. Nesse tempo, os estratagemas usados nas guerrilhas, com ações predatórias de invasões de terra para roubo de gado, víveres e bens, tenderam a continuar com contrabandos e arreadas, como ocorreram, inclusive, com a participação de soldados, como o legendário Pinto Bandeira. E à despeito das tentativas governistas de frear tais ameaças, nada mudava.

No entanto, com o passar do tempo, o regime monopolista passou a ser repudiado pelo colono sul-americano, eis que contrariava os nascentes sentimentos mercantis da província. Esses sentimentos, estimulados pelo lucro advindo dos diversos tipos de contrabando, contribuiu para o ideal de independência das diferentes regiões. Guilhermino Cesar lembra, a esse propósito, a opinião do grande historiador Capistrano de Abreu, que encerra o capítulo, destacando o lado lusitano:

> O contrabando português minou pela base a arquitetônica fiscal de Castela, comunicou importância às desdenhadas terras platinas, gradualmente emancipou-as do jugo, franqueou-lhes o Atlântico – uma verdadeira revolução (p.34).

Ao longo dos muitos capítulos que constituem esse pequeno-grande volume, Guilhermino Cesar chega a estabelecer uma espécie de tipologia classificatória dos tipos de contrabando que descreve. Os critérios da organização parecem variados, mas todos tem em comum a ausência de fiscalização por desídia ou interesse das autoridades obrigadas a coibir tal prática. Isto porque, algumas vezes, o contrabando que prejudicava a Espanha favorecia a Portugal, ou vice-versa. No tocante às artimanhas desse processo, diz o Professor, opunha-se *o senso prático de Sancho Pança* à *cauda-*

losa fantasia de Don Quixote. Além disso, sustenta Guilhermino, o contrabando toma outra envergadura e se alastra pela região platina quando passa a beneficiar-se da ajuda inglesa. Mesmo durante as guerras de independência, quando diminuíram os rebanhos e a produção de carne, os caudilhos orientais moviam ao colonizador, espanhol ou português, verdadeira guerra econômica. E mesmo após a independência do Uruguai, *o aparelho fiscal não se mostrou adequado às funções de rebater a ousadia dos contrabandistas.* (p.57)

Desde os capítulos iniciais, o autor diferencia o contrabando ocasional do institucionalizado. Refere também o oficioso, o pessoal e o de guerra. O andamento da História permite-lhe ver que o agente do contrabando é quase sempre um intermediário que trabalha a mando de outrem, colhendo o momento para servir ao interesse alheio. Talvez essa leitura justifique, em parte, a epígrafe de Tristão de Athayde.

Quando o leitor possui informação, mesmo assistemática, sobre a história do Rio Grande do Sul, reconhece, nos capítulos destinados ao contrabando de guerra, fatos que ilustram a obra de muitos dos nossos melhores escritores. Em livros, como os de Tabajara Ruas, Érico Veríssimo, Josué Guimarães, Alcides Maya, Simões Lopes Neto, Sergio Faraco e tantos outros; ou em filmes, como o antológico "Anay de las Missiones", nós, gaúchos, apreendemos imagens fortes de tempos heróicos, muitas vezes romanceados, que nos permitem imaginar os tempos de formação da nacionalidade, com guerras fronteiriças, arreadas, matanças. Assim, não nos surpreendem pela novidade os capítulos do livro em que o limite para o exercício do poder era estabelecido pela língua falada: português ou espanhol. Sabemos também dos longos anos em que a Revolução Farroupilha ocupou a Campanha e que, na guerra, tanto insurretos quanto legalistas contrabandeavam com as populações de fala espanhola. E o contrabando era praticado ostensivamente, conforme as conveniências e parcialidades do conflito. Com perspicácia, Guilhermino Cesar acrescenta que o contrabando, de certo modo, favoreceu o prolongamento dos embates, eis que possibilitava a reposição de cavalos e mesmo roupas e armamentos obtidos nas batalhas. Era a "Lei da Fronteira" que se sobrepunha às demais

Se Guilhermino Cesar estivesse vivo, com certeza não o surpreenderia as notícias recentes, publicadas em nossos periódicos do século XXI, cujas manchetes denunciam, com veemência, o contrabando organizado nas fronteiras com Uruguai e Argentina. Os pequenos, que envolvem mercadorias de Free Shops das fronteiras, contrabandeadas para São Paulo. E os maiores, com o ingresso de grão de soja cultivado na Argentina para ser vendido pelo dobro do preço em solo brasileiro. Apesar dos inúmeros Decretos e da severa fiscalização alardeada pelas autoridades brasileiras que,

desde o século XX, afirmam a extinção do contrabando desde *a própria região onde parecia entronizado para sempre* (p.85), ele sobrevive. Criam-se novas rotas, substituem-se os produtos, servem-se da tecnologia, mas a velha prática permanece e mais sofisticada.

Agora, para encerrar minha participação nesse evento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que homenageia a figura ímpar do escritor, historiador e professor Guilhermino Cesar, recupero as palavras de outro renomado intelectual, o jornalista Carlos Reverbel, que as escreveu quando da publicação de "O contrabando no sul do Brasil", em 1977:

> ***O estudo que faltava, em torno do contrabando no Rio Grande do Sul, acaba de ser publicado por Guilhermino Cesar. (...) No trabalho referido no início desta arenga, Guilhermino Cesar fez o estudo sociológico do contrabando, cuja ocorrência, ao longo da formação rio-grandense, apresenta inúmeras fontes e indicações do maior interesse econômico-social, como ainda político, notadamente em certo momento da longa e áspera luta pela malograda implantação da Colônia do Sacramento, fundada em 1680.***

Porto Alegre, outubro de 2023

Léa Masina